



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**CONFLITOS REGIONAIS E MIGRAÇÕES: CONSEQUÊNCIAS
DA GUERRA DA SÍRIA PARA A IMIGRAÇÃO NA EUROPA**

Larissa Alana Wiebusch

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne

Lajeado, novembro de 2018.

Larissa Alana Wiebusch

**CONFLITOS REGIONAIS E MIGRAÇÕES: CONSEQUÊNCIAS DA
GUERRA DA SÍRIA PARA A IMIGRAÇÃO NA EUROPA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne Ferreira

Lajeado, novembro de 2018

RESUMO

Tendo em vista a eclosão de uma crise migratória no ano de 2015 na Europa, tem-se por objetivo analisar as principais causas do fenômeno bem como dados atualizados a respeito destes fluxos. Tendo a Europa como principal destino, os imigrantes se viram obrigados a deixar suas casas, família e país em busca de sobrevivência, devido ao caos instaurado em países do Oriente Médio após a eclosão da Primavera Árabe, em 2011, e a guerra civil na Síria que já se estende por sete anos. Diante disso, diversos fatores serão analisados, entre eles os motivos e consequências destes fenômenos tanto para os países que recebem esta população de imigrantes e refugiados na Europa e em países vizinhos ao Oriente Médio, de que forma os países estão agindo nas fronteiras, números e dados acerca dos deslocamentos, número de mortos, principais rotas utilizadas para que as pessoas cheguem ao seu destino. O fato de a União Europeia ser responsável por abrigar o maior número de refugiados atualmente, principalmente a Alemanha, está vinculado principalmente a aceitação dos pedidos de asilo e qualidade de vida dos países desenvolvidos. Além disso, será analisado cuidadosamente o motivo pelo qual se iniciou a Primavera Árabe, a situação e a posição dos diversos países envolvidos, no que diz respeito às manifestações e protestos em diversos países do Oriente Médio. Além disso, a Síria também deve ser analisada, pelo fato de que, grande parte dos fluxos migratórios que ocorreram no mundo desde 2015 ocorreram devido ao caos instaurado no país, que há muitos anos convive com um regime ditatorial. Além disso, a disputa por territórios sírios envolve atualmente diversos grupos, entre eles rebeldes, grupos terroristas como o Estado Islâmico e diversos atores internacionais, que passam também a intervir no conflito.

Palavras-chave: Migrações. Crise Migratória. Primavera Árabe. Guerra Civil na Síria. Europa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais por todo o apoio e incentivo prestado ao longo da minha vida acadêmica, e por tudo que sempre fizeram para que eu pudesse ir em busca dos meus sonhos. Sou grata pela família que tenho, que sempre me incentivou nos estudos, pela paciência de todos nos dias mais difíceis, carinho, atenção e cuidado. Vocês são meu espelho, orgulho e minha gratidão. Ao meu irmão, pela amizade, auxílio, paciência e carinho nesta etapa.

Agradeço ao meu namorado, por estar presente em todos os momentos, me incentivar nestes longos anos com projetos, estudos e sonhos. Com certeza, tu fostes meu suporte, minha calma e meus pés no chão neste período. Obrigada por sempre estar comigo.

Ao meu orientador, a coordenadora do Curso de Relações Internacionais e aos demais professores por todos os ensinamentos e amizade. Vocês são responsáveis por formar grandes cidadãos, mais críticos e futuros profissionais bem capacitados.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram a continuar nesta caminhada e aproveitar a oportunidade que poucos tiveram. Todos vocês foram fundamentais para que eu nunca desistisse e chegasse até o fim desta Graduação. Aos amigos, meu agradecimento por todos estes anos de convívio e compreensão por todos os momentos.

À todos vocês, meu imenso agradecimento. Todos fizeram e fazem parte deste sonho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Origem dos Imigrantes	24
Figura 2 Mortes de Migrantes por Mês no Mediterrâneo (2014-2015).....	28

SUMÁRIO

RESUMO	3
AGRADECIMENTOS.....	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	5
1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	12
2.1 Migrações Internacionais: Aspectos Teóricos	12
2.2 Características Gerais dos Fluxos Migratórios Globais	20
2.3 O Caso Europeu	32
2.4 Conclusões Parciais	39
3 PRIMAVERA ÁRABE.....	41
3.1 Aspectos Gerais	41
3.2 Impactos Locais.....	46
<i>Tunísia</i>	46
<i>Egito</i>	47
<i>Líbia</i>	48
<i>Iêmen</i>	50
<i>Bahreïn</i>	50
<i>Arábia Saudita</i>	51
<i>Marrocos</i>	51
<i>Jordânia</i>	52
3.3 Impactos Gerais da Primavera Árabe sobre os Fluxos Migratórios.....	52
3.4 Conclusões Parciais	54
4 GUERRA CIVIL NA SÍRIA	56
4.1 Aspectos Gerais	56
4.2 Grupos do Conflito.....	61
4.3 Interesses das Potências Internacionais	62
4.4 Conclusões Parciais	66
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da crise migratória na Europa, intensificada nos últimos anos graças ao conflito atualmente em curso na Síria. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2016), o número de pedidos de asilo de nacionais sírios aos países vizinhos ultrapassou os quatro milhões em 2015, o que torna essa crise uma das maiores já registradas. Atualmente, segundo o ACNUR aproximadamente “3 em cada 4 sírios vivem na pobreza, 1 em cada 3 não consegue satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, [...] 8,7 milhões precisam de assistência relacionada a alimentos, enquanto 2,4 milhões têm alto risco de insegurança alimentar” (ONU, 2016, texto digital).

As principais motivações para que pessoas saiam de suas cidades ou países de origem são a violência, a pobreza e, principalmente, as guerras civis que vêm ocorrendo em países do Oriente Médio e da África. Entre refugiados estão sírios, afegãos, iraquianos, paquistaneses, eritreus, somalianos e nigerianos.

No período de janeiro e março de 2015, a Síria foi o segundo país que mais solicitou asilo à Europa: somente a Alemanha, um dos principais destinos, recebeu cerca de 800 mil pedidos naquele ano. Ao se deslocar, os imigrantes se sujeitam a condições precárias e de alto risco, muitas vezes fazendo uso de embarcações pequenas e superlotadas.

No segundo trimestre de 2017, a Alemanha continuou sendo o país da União Europeia (UE) que “manteve o maior número de pessoas que deram entrada pela primeira vez em seu pedido de refúgio” (DW, 2018, texto digital), representando 28% dos pedidos registrados em todo o continente. Seguidos da Alemanha, aparecem Itália, França, Grécia e Reino Unido.

Dados recentes divulgados pela EASO (Europeans Asylum Support Office) (2018, texto digital) em seu relatório anual, mostram que em 2017 houve uma redução de 44% em relação ao ano anterior em pedidos de asilo, quando havia 1,3 milhão se

solicitações.¹ Entre janeiro e abril de 2018, cerca de 197.000 indivíduos buscaram proteção internacional na União Europeia (UE), mantendo os níveis estabilizados em uma média de 50.000 por mês. Embora globalmente o número de pedidos tenha reduzido em 2017, países como Síria, Iraque e Afeganistão permanecem como os três principais países de origens dos requerentes na União Europeia.

As principais rotas utilizadas pelos refugiados para chegar à Europa cruzam o Mar Mediterrâneo, cuja travessia é arriscada e gera inúmeras mortes. Segundo dados da ACNUR, “em 2017 mais de 3,1 mil pessoas perderam a vida no mar em rotas rumo à Europa, em comparação com 5,1 mil em 2016. Outras 501 pessoas morreram ou desapareceram desde o início de 2018” (ONUBR, 2018, texto digital). Esta região é responsável pela maior proporção de pessoas que morrem durante a travessia migratória, sendo que “três quartos das mortes de migrantes em todo o mundo ocorrem na área” (DW, 2018, texto digital). De acordo com a Eurostat (2017), no período entre 2015 e agosto de 2017, cerca de 10.000 pessoas perderam suas vidas no Mediterrâneo, não incluindo o número de pessoas desaparecidas. Segundo divulgou o relatório da Agência da ONU para Refugiados (2018), no dia 02 de setembro do mesmo ano, apenas neste ano mais de 1,6 mil pessoas morreram ou desapareceram nas rotas oceânicas com destino à Europa.

Levando em consideração diversos fatores que influenciaram a crise migratória em toda Europa e diversos outros países do globo, o presente trabalho tem por finalidade analisar quais fatores influenciaram a migração de refugiados sírios para a Europa, além de aprofundar e buscar entender quais as causas determinantes desse aumento entre os anos de 2008 e 2018. Diante disso, surgem duas hipóteses que podem auxiliar no entendimento deste fenômeno.

A primeira hipótese afirma que os países afetados pela Primavera Árabe também são responsáveis pelo intenso deslocamento populacional registrado na última década. A crise política que a Europa vem enfrentando nos últimos anos retrata o problema dos governos em definir um futuro para os migrantes e, ainda, a

¹ De todas as decisões de primeira instância emitidas em 2017, quase 50% (462.355 de 996.685 decisões) foram positivas. Embora o número total de decisões tenha diminuído 13% em relação a 2016, refletindo um menor número de pedidos apresentados, o número de decisões negativas aumentou de 449.910 em 2016 para 534.330 em 2017. (EASO, 2018, texto digital).

morosidade no processamento e resposta dos pedidos de asilo. A hipótese auxiliar afirma que a Guerra Civil na Síria tem impactado os fluxos migratórios em todo o mundo, principalmente em países da União Europeia.

A fim de testar a validade das hipóteses apresentadas acima, o trabalho tem como objetivo geral analisar as causas da intensificação do fluxo migratório para a Europa, especialmente a partir da Síria, entre 2011 e 2018. Além disso, para atingir o objetivo geral determinado anteriormente, foram estabelecidos também os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o estado da arte da literatura a respeito do fenômeno das migrações internacionais.
- b) Verificar como se configuram os fluxos migratórios que chegam à Europa, especialmente da Síria.
- c) Analisar os dados referentes a esses fluxos no período entre 2011 e 2018.
- d) Compreender o conflito na Síria e suas consequências para a população civil e os fluxos migratórios.

A justificativa para a análise do tema, ocorre em função do aumento da crise migratória na Europa nos últimos anos, que pode ser explicada, principalmente, por conflitos que vêm ocorrendo na Síria, entre o governo de Bashar al-Assad e várias outras forças, que acabam gerando problemas também para países próximos.

Este estudo é particularmente oportuno pelo fato da questão migratória ser motivo de grande preocupação tanto para os países que recebem estes fluxos de pessoas, quanto para as organizações responsáveis pela sobrevivência dos mesmos. O que se pode afirmar a cerca deste episódio, é que “a Europa tem vivido sua maior crise migratória desde a Segunda Guerra Mundial, que tem ocasionado um impacto significativo para seus Estados, em especial os Estados Membros da União Europeia” (SILVA e HENRIQUES, 2018, texto digital). Por isso, tem-se por objetivo, aprofundar o estudo a respeito dos fluxos migratórios, buscando informações que expliquem a motivação deste aumento ter acontecido

principalmente na Europa nos últimos anos, e de que forma estas pessoas vêm sendo recebidas nesses países.

Na área de Relações Internacionais, a questão migratória é de grande valia, pois pode vir a explicar diversas outras situações que ocorrem em algumas regiões, tanto do país de saída, quanto nos países de entrada de migrantes. Em relação à União Europeia, diversos acordos e tratados intergovernamentais já foram feitos para regulamentar as políticas migratórias. Porém, é perceptível a necessidade de criar medidas que previnam a xenofobia e a discriminação sofrida pelos solicitantes de asilo e refúgio. Além disso, é importante analisar as rotas que estão sendo utilizadas para que as pessoas consigam chegar aos seus destinos, de que forma isso ocorre, para onde são direcionados após o pedido de asilo ser aceito, e, quais as consequências desta situação para os países da União Europeia.

Diante disso, quando um novo problema surge na sociedade, é relevante que se realize uma pesquisa aprofundada a respeito do assunto para melhor entendimento e conhecimento. Por esse motivo, o presente trabalho será delineado por uma pesquisa qualitativa e descritiva, e através de referências bibliográficas busca apresentar informações e dados.

A pesquisa qualitativa “explora uma metodologia predominantemente descritiva, deixando em segundo plano modelos matemáticos e estatísticos”. (CASARIN, H., CASARIN, S., 2012, p. 32). Além disso,

independentemente do título e do tema pesquisado, os objetivos de uma pesquisa qualitativa envolvem a descrição de certo fenômeno, caracterizando sua ocorrência e relacionando-o com outros fatores. Há também a preocupação de explicar sua ocorrência baseando-se não em modelos empíricos, mas sim em modelos contextuais variados. Assim, o objetivo da pesquisa está relacionado ao contexto no qual o objeto pesquisado está inserido (CASARIN, H., CASARIN, S., 2012, p. 33).

No modo de pesquisa qualitativo, se utilizam dados textuais e visuais, além de se empregar diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, coleta e interpretação de dados. Todos estes aspectos serão utilizados para que se possa avaliar a validade das hipóteses sugeridas.

Baseado nisso, o estudo qualitativo terá a intenção de identificar as características dos fluxos migratórios entre 2008 e 2018, buscando explicar os principais motivos para esse fenômeno, de que forma os países estão recebendo estes imigrantes, e ainda, a questão da Guerra Civil na Síria como principal causa destas migrações. Dessa forma, todas as informações serão adquiridas através de sites de Organizações responsáveis por estas situações, notícias e outros trabalhos já publicados anteriormente em plataformas digitais. Assim, o trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, que busca “explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60).

Deste modo, o trabalho será dividido em três partes, nas quais serão tratadas, primeiramente as teorias sobre migrações e dados numéricos a respeito dos fluxos na Europa. No segundo capítulo, será abordado o tema da Primavera Árabe, que teve grande influência nas migrações em função da onda de protestos nos países do Oriente Médio e África. E por fim, o terceiro capítulo irá abordar especificamente a Guerra na Síria e suas implicações em todo o mundo, principalmente no que diz respeito ao crescente fluxo migratório dos últimos anos à Europa.

2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

2.1 Migrações Internacionais: Aspectos Teóricos

Segundo a Agência de Refugiados da ONU, a migração internacional, ao longo da história humana, tem sido uma expressão onde o indivíduo busca superar as adversidades e viver uma vida melhor, sendo considerada uma questão de vida ou morte para aqueles que estão escapando da violência ou de regimes repressivos. De acordo com a Agência, é um assunto complexo, pois envolve tanto o país de origem do indivíduo quanto de destino, sendo necessário entender as motivações para esse fenômeno, e ainda, diferenciando migração e desenvolvimento.

Neste contexto, as Relações Internacionais (RI) têm por objetivo, segundo Brown e Ainley (2012), analisar as transações transfronteiriças no que diz respeito a questões políticas, econômicas e sociais entre os Estados, considerados os principais atores neste cenário, pelo fato de normalizar e controlar as fronteiras através de regulamentações nas atividades internacionais. Porém,

aspecto muito presente no debate contemporâneo sobre migrações internacionais é a capacidade de os Estados controlarem suas fronteiras. Embora seja o controle das fronteiras a atividade soberana por excelência, essas fronteiras, na prática, se mostram mais imunes ao controle estatal, do que é evidência a presença crescente de migrantes [...] Outro aspecto que informa o debate sobre migrações é o descompasso que existiria entre as políticas migratórias atuais (FARIA, 2015, p. 42-43).

Uma das várias áreas de estudos das RI é a globalização, onde, conseqüentemente estão inseridas as migrações. De fato, a crescente globalização não eliminou as fronteiras entre os vários Estados e as barreiras à livre circulação de pessoas, e, por isso, os fluxos migratórios internacionais são estudados por analistas de diversas áreas. Sobretudo,

a análise do processo de globalização dá-se por meio da avaliação de aspectos quantitativos do fenômeno – que são, de fato, expressivos, haja vista o número de pessoas que se deslocam ou a dimensão das trocas efetuadas contemporaneamente entre os países, em termos econômicos, culturais, políticos e sociais (FARIA, 2015, p. 50).

A globalização trouxe consigo o aumento do dinamismo e uma maior integração econômica entre os países no mundo. A partir do final do século XX e até os dias atuais, é notória a maior integração entre os países do globo, e esta integração ocorre no âmbito econômico, cultural, político e social. Junto a isso veio também a questão das migrações, pelo fato das pessoas se deslocarem de um país para o outro, não considerando apenas os países mais próximos, mas aqueles em que a economia é desenvolvida, existem vagas de emprego, segurança, e principalmente, condições mínimas de sobrevivência. Porém, não foram apenas aspectos positivos que a globalização trouxe, já que com ela vieram também disputas territoriais em alguns países, gerando tensões e medo para a população.

A migração internacional, dentro do contexto da globalização, pode ser vista do ponto de vista liberal. Porém existe uma discrepância entre o discurso e a prática. Diante disso, Pellegrino (2003) observa que a liberalização da circulação de capitais e mercadorias, mantida por diversos Estados centrais, entra em contradição com os controles impostos acerca da mobilidade de trabalhadores, bem como a fixação de pessoas em territórios nacionais destes Estados.

As teorias sobre migrações são, em vários aspectos, atribuladas. Muitos autores clássicos ignoraram o fenômeno no período histórico em que ele se constituiu e consolidou. No contexto europeu, entre o final do século XIX ao início do século XX, os fluxos migratórios assumiram

a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores (PEIXOTO, 2004, p. 3).

Entre os séculos XVI e XX, a Europa foi considerada o principal continente no mundo emissor de migrantes. Primeiramente, “os fluxos eram formados pelos conquistadores portugueses e espanhóis, aos quais se somaram britânicos, franceses e holandeses, em fluxo de ocupação das novas colônias europeias, estabelecidas nas Américas, África e Ásia” (FARIA, 2015, p. 121). Neste período, o crescente número de migrações e a Revolução Industrial impulsionaram o significativo crescimento da população europeia no século XIX.

De acordo com Faria (2015), antes da Revolução Industrial as migrações foram parte essencial no povoamento da Europa medieval, sendo um elemento extremamente importante na vida econômica europeia, principalmente tendo em vista os deslocamentos das áreas rurais para as áreas mais povoadas, o comércio regional ou o fato das pessoas escaparem de perseguições religiosas ou políticas. Diante disso, a perspectiva histórica contemporânea ignora a

contribuição das migrações para a formação populacional e para o crescimento econômico dos países hoje de destino. Atualmente, tende-se a esquecer que as nações europeias, por exemplo, resultam de múltiplas ondas migratórias havidas ao longo dos séculos. A formação dos Estados nacionais modernos parece ter posto fim à possibilidade de evolução contínua das identidades nacionais e de enriquecimento da cultura desses países, que se dava pelo contato com novas ideias e tradições trazidas pelas levas de migrantes. A perspectiva histórica das migrações é ausente no discurso contemporâneo dos Estados industrializados, o que se reflete na forma como os migrantes são tratados, hoje, nesses países (FARIA, 2015, p. 113).

Um dos primeiros a tratar e formalizar o tema das migrações foi o autor, geógrafo e cartógrafo inglês Ernest Ravenstein George. Ravenstein, ao criar as “Leis de Migrações” em 1885, de acordo com Corbett (2017), atribuiu o aumento de fluxo de pessoas entre as regiões à “ascensão da era industrial durante a segunda metade do século XIX, revolucionou os padrões de vida e de trabalho para milhões de pessoas em toda a Europa e América do Norte”. Diante disso, milhões de pessoas foram obrigadas a deixar suas casas tradicionais e de subsistência, para buscar uma vida melhor em outro lugar.

Segundo Peixoto (2004), a questão migratória passou a ser considerada como um fenômeno humano importante a partir do século XIX, devido aos deslocamentos internos, tanto das áreas rurais para as urbanas quanto às migrações entre países e continentes. Pelo fato de muitas ciências não terem um interesse pelo fenômeno na época, a temática das migrações ainda não aparecia de forma autônoma nos estudos e pesquisas. Por esse motivo, a dinâmica proporcionava as vantagens referentes à interdisciplinaridade para o tema das migrações.

Neste cenário das migrações internacionais, Jansen (1969) surge como um defensor da temática das migrações, por ser relevante para muitos especialistas e ser investigada sob várias perspectivas teóricas. Porém, o autor comenta a inexistência de uma “teoria geral de migração”. Diante disso, o autor destaca que

a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN, 1969, p. 60).

Por considerar a questão migratória como sendo parte de muitas áreas, Jansen (1969) definia o fenómeno como interdisciplinar, por ser observado principalmente com as novas formas de “mobilidade”. Diante disso, a natureza das fronteiras disciplinares dos estudos sobre migrações favorece a sua ligação aos temas da sociologia econômica, pois envolve questões estruturalistas e ação para atender a demanda das migrações, e é nesse contexto que surgem diversos autores, cada qual com sua forma de pensamento, buscando explicar o fenómeno e de que forma ele afeta a sociedade.

Martinelli e Smelser (1990) individualizaram a questão migratória. Para os autores, um dos impactos do desenvolvimento econômico na sociedade é causado pela distribuição geográfica dos recursos humanos, devido aos desníveis de produtividade, realocação dos recursos, novos mercados e tipos de distribuição. Além disso, dependendo do padrão de desenvolvimento

esta migração pode dirigir-se de uma sociedade para outra, ser interna a uma sociedade ou, como caso particular, ligar zonas de atividade por parte de empresas multinacionais. Entre as múltiplas consequências deste fato encontram-se a perturbação dos padrões residenciais, o choque cultural e a aculturação, os novos contatos e conflitos étnicos, diferentes tipos de pressão sobre as infraestruturas (tal como transportes e educação), e a criação de novos centros urbanos com os seus inevitáveis problemas sociais” (MARTINELLI e SMELSER, 1990, p. 47).

Levando em consideração a visão de diversos autores e suas teorias sobre o tema das migrações, observa-se que o tratamento direcionado aos migrantes deve estar baseado na “conexão entre soberania nacional, democracia, direitos humanos e direito ao desenvolvimento” (UNRIC, 2016, p. 65), e isto é possível através da implementação de políticas de migração bem dirigidas, da erradicação do tráfico humano, do respeito aos direitos dos trabalhadores migrantes e da redução dos custos de transação nas remessas de migrantes.

No mesmo período, de acordo com Sasaki e Assis (2000) os migrantes eram pessoas que sugeriam desagregação social, quebra de laços familiares, guetos e criminalidade, pois nada se sabia a respeito destes cidadãos: por que migraram, quem deixaram e o que mudou em suas vidas. Considerado um assunto relevante para os estudos sociológicos na época, Richmond (1988) analisou alguns autores clássicos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber, e chegou à conclusão de que o processo de migração era uma consequência do desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização. Com isso, ocorreu o declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, pois os migrantes concorriam por vagas de emprego e lutavam diariamente pela sua sobrevivência numa cidade estranha.

Richmond (1988), para explicar suas conclusões sobre os fluxos migratórios, levou em consideração as colocações de Malthus a respeito do tema. Para o autor, a migração era uma consequência inevitável da superpopulação, o que possibilitava um espaço para migrações temporárias, como uma maneira de fugir da pobreza e miséria. Discordando deste ponto de vista, Marx acreditava que o problema da pobreza era causado em função dos empreendedores capitalistas que abaixavam seus salários visando a maximização dos ganhos.

No ponto de vista de Durkheim, a migração era um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas por laços de solidariedade, baseada em uma divisão social do trabalho e interdependência econômica, acompanhada de um sistema de valores comuns, resultando na desintegração social, que poderia levar a consequências como crime, suicídio e conflitos de grupo. Na mesma linha de Marx e Durkheim, Max Weber via o fenômeno como sendo oriundo da industrialização e crescimento do capitalismo, e dizia ainda que a migração era um fator incidental criando novas classes sociais e grupos de status étnicos. Portanto, para estes autores “migração era analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dá-se através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional” (SASAKI e ASSIS, 2000, p.3).

Nesta mesma linha de raciocínio de Marx, Durkheim e Weber, Kurz (2005) direciona sua teoria através de uma lógica da causa entre migrações e guerras de reordenamento do sistema mundial. Para o autor,

segundo a Teoria das Migrações e das Guerras de Ordenamento, a barbárie presente no atual sistema capitalista global seria determinada por duas dinâmicas simultâneas: pelas guerras de ordenamento e ações policiais globais comandadas pelos Estados Unidos e pelos movimentos migratórios globais de uma proporção e de um tamanho provavelmente nunca vistos antes. Nesse raciocínio, não existiriam políticas migratórias, e sim uma verdadeira disputa estrutural entre as sociedades menos desenvolvidas diante dos efeitos perversos do modo de produção capitalista da atualidade, estabelecendo uma ampla, global e socioeconômica migração em massa. (KURZ, 2005, p. 63)

Por esse motivo, episódios de deslocamentos em massa de pessoas passaram a ocorrer com frequência, gerado pelo grau da crise e colapso econômico em diferentes países.

Segundo John Torpey (*apud* Faria, 2015, p. 114), da mesma forma que o capitalismo se apropriou dos meios de produção e o Estado dos meios de violência, também os meios de movimento foram “apropriados dos indivíduos e de entidades privadas pelos Estados modernos, adquirindo o Estado o monopólio da “autoridade” para restringir e controlar os movimentos através e dentro das fronteiras nacionais”. Diante desse processo, os indivíduos também perderam a liberdade de ir e vir, e ainda, tendo a necessidade de adquirir uma autorização para deslocamento, que precisaria ser emitida pelos próprios Estados.

O crescente fluxo migratório para as Américas (EUA, Canadá, Argentina e Brasil), era vista pelos governos europeus no século XIX como um mecanismo para “equilibrar as pressões demográficas e econômicas nos países de origem dos migrantes” (FARIA, 2015, p. 123), pelo fato de começarem a surgir, principalmente nos EUA, pressões de grupos favoráveis à redução ou à interrupção das migrações transatlânticas.

Para Júnior (2005), entende-se por migração a

movimentação de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida, sendo que esta movimentação pode se dar entre países ou dentro de um mesmo país. (JÚNIOR, 2005, p. 126)

Na sua forma mais simples, os migrantes internacionais são “persons moving from one country to another with the intention or possibility of staying for some time,

often a year or more”² (UNHCR, 2015, texto digital). Segundo informações da EUROSTAT, “Germany reported the largest total number of immigrants (1 029.9 thousand) in 2016, followed by the United Kingdom (589.0 thousand), Spain (414.7 thousand), France (378.1 thousand), and Italy (300.8 thousand)”³ (EUROSTAT, 2017, texto digital).

Além disso, os migrantes são considerados estrangeiros e cidadãos, de modo que os cidadãos podem sair do país como emigrantes ou então voltar como migrantes de retorno. Já os estrangeiros, entram como migrantes em diferentes categorias e permanecem por longos períodos, sendo posteriormente, considerados migrantes de retorno em seus próprios países. Esse fluxo migratório é dificilmente controlado em sua totalidade pelos países e entidades responsáveis.

Para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o migrante “compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal” (OIM, 2009, p. 43). Diferentemente dos migrantes, de acordo com a Convenção Relativa para o Estatuto dos Refugiados de 1951 (ampliada pelo Protocolo Adicional de 1967), refugiados são

aqueles que, temendo ser perseguidos por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontram fora do país de sua nacionalidade e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país; ou, ainda, se não têm nacionalidade e se encontram fora do país em que tinham residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não podem ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ONU, 2016, texto digital).

Segundo a ACNUR (Organização das Nações Unidas para Refugiados – UNHCR em inglês), estes refugiados não possuem proteção de seu próprio Estado e de fato muitas vezes é seu próprio governo que ameaça persegui-los. Diante disso, caso outros países não os aceitem em seus territórios, e não os auxiliarem, uma vez

²Tradução: pessoas que se deslocam de um país para outro com a intenção ou possibilidade de ficar por algum tempo, muitas vezes um ano ou mais.

³Tradução: A Alemanha registou o maior número total de imigrantes (1 029,9 mil) em 2016, seguido do Reino Unido (589,0 mil), Espanha (414,7 mil), França (378,1 mil) e Itália (300,8 mil).

que foram acolhidos, poderão estar condenando estas pessoas à morte ou a uma vida insuportável nas sombras, sem sustento e sem direitos.

Diante deste cenário, no início do século XX, os sociólogos americanos passaram a tratar a migração como um problema, devido à crescente mobilidade populacional da Europa para outros países, particularmente os Estados Unidos. No país, a regulação da migração foi entendida como parte da responsabilidade do Governo Federal e consolidou-se como questão de política nacional americana, e não mais uma prerrogativa dos estados federados. Neste cenário, a política externa norte-americana passou a ser definida no Congresso, onde se defendia “não a restrição da imigração em si, mas a possibilidade de “peneirar” (*to sift it*) e de escolher (*pick and choose*) os migrantes desejáveis e repelir aqueles indesejáveis, permitindo a entrada no território somente daqueles com certas qualidades “físicas e morais” (FARIA, 2015, p. 126), o que explica em partes a posição discriminatória dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, no que trata a formação de regimes de proteção dos refugiados e dos migrantes.

O aumento da mobilidade, gerado pelo crescimento populacional e crises econômicas nestes países, acabou gerando um intenso debate político no país americano, sobretudo devido à “preocupação emergente nesse país com a constituição da sociedade frente à presença de imigrantes, debate este que ainda hoje é bastante polêmico” (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 4).

Numa linha de pensamento similar, Castles e Miller (1998), acreditavam que “a migração internacional deve ser compreendida a partir da perspectiva da multiplicidade das causas e dos efeitos, e não como um fenômeno isolado ou singular” (ANGÉLICO e POKER, 2017, p. 64), sendo necessária a compreensão da historicidade do fenômeno, uma que vez que foi intensificado em meados de 1980, e também por se tratar de uma questão da atualidade que tem feito parte da história da humanidade ao longo de séculos.

Neste contexto, a obra de Thomas e Znaniecki (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*, que tratava da migração de cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910, influenciou o surgimento da sociologia, que posteriormente, foram retomados pela Escola de Chicago que desenvolveu diversas análises em várias direções acerca do estudo. O

foco destas análises estava nos processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. Não se sabia se estas pessoas adotariam os valores anglo-americanos, porém, isto não implicaria “no total abandono de seus valores e modo de vida, mas sim, em tornar-se grupos cada vez mais amplos e inclusivos” (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 4).

2.2 Características Gerais dos Fluxos Migratórios Globais

O aumento dos fluxos migratórios na Europa tem atraído a atenção de milhares de pessoas nos últimos anos. Muito se fala das questões humanitárias envolvidas neste processo, constantemente discutidas pelos organismos competentes, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas a partir da conservação dos direitos humanos. Porém, sabe-se também que ainda existe um longo caminho a ser percorrido quando se trata da questão migratória no mundo.

A ONU declarou que o objetivo para os próximos anos é proteger o direito dos migrantes através da implementação de políticas de migração, estabelecidas a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em função da vulnerabilidade destas pessoas, que se deslocam internamente ou que passam a ser refugiados. A maior discussão sobre a o compromisso de acolhimento entre os países da União Europeia continuam tendo muitas discordâncias a respeito de quem deve assumir a responsabilidade pelos recém-chegados aos Estados fronteiriços, além disso, um dos maiores problemas da Europa diz respeito ao “processo de integração dos migrantes na economia e na sociedade [...]. Outro desafio baseia-se na questão da deportação. Muitas pessoas aguardam pela decisão sobre os respectivos casos”. (RTP, 2018, texto digital).

Para muitos, a questão da migração internacional atualmente é considerada a principal causa dos problemas econômicos e sociais no mundo. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (DESA), “o número de migrantes internacionais atingiu a cifra de 244 milhões em 2015, o que traduz um crescimento de 41% em relação ao ano de 2000” (ANGÉLICO e POKER, 2017, p. 59).

De acordo com Organização Internacional para Migração, em seu relatório sobre Migração Mundial, através de dados divulgados pela UNHCR,

by the end of 2016, there were a total of 22.5 million refugees, with 17.2 million under UNHCR's mandate and 5.3 million refugees registered by the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.⁵⁵ The total number of refugees is the highest on record. There were also 2.8 million people seeking international protection and awaiting determination of their refugee status, referred to as asylum seekers. Of the roughly 2 million first-instance applications for asylum lodged in 2016, Germany remained the top recipient, with over 720,000 applications, followed by the United States (262,000) and Italy (123,000). UNHCR estimates that, at the end of 2016, those under 18 years of age constituted roughly 51 per cent of the global refugee population. Indeed, between 2003 and 2016, according to available disaggregated data, the proportion of children among stocks of refugees was very high, fluctuating between 41 and 51 per cent. The proportion of women remained relatively stable, at between 47 and 49 percent, over the same period (OIM, 2017, p. 32).⁴

Enquanto que em 2015 se via as pessoas fugindo de seus países em busca de melhores condições de vida, em 2016 observou-se justamente o contrário, segundo a UNHCR (2017, p. 34). Isso porque, “during 2016, over 550,000 refugees returned to their countries of origin – more than double the number in 2015 and a notable increase from previous years. The majority of returns (384,000) were to Afghanistan, primarily from Pakistan (OIM, 2017:34)

Segundo tratam inúmeras bibliografias sobre a migração, existem diversas causas para o fenômeno atualmente, entre elas

as mudanças trazidas pela globalização econômica, que engendram a exclusão dos povos e regiões e motivam uma efetiva luta pela sobrevivência; a transformação demográfica vigente nos países de industrialização mais antiga; o crescimento das disparidades entre Norte e Sul; as barreiras protecionistas que impedem a concorrência leal dos produtos dos países em desenvolvimento com os produtos dos países desenvolvidos; a formação de mercados integrados; o alastramento das guerras e dos conflitos localizados; o avanço do terrorismo; os processos de disputas étnico-religiosos; a urbanização; a demanda por melhores

⁴ Tradução: Até o final de 2016, havia um total de 22,5 milhões de refugiados, sendo 17,2 milhões sob o mandato do ACNUR e 5,3 milhões de refugiados registrados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente. O número de refugiados é o mais elevado já registrado. Dos cerca de 2 milhões de pedidos de asilo apresentados em primeira instância em 2016, a Alemanha permaneceu como principal destinatário, com mais de 720.000 pedidos, seguidos pelos Estados Unidos (262.000) e Itália (123.000). A ACNUR estima que, no final de 2016, os menores de 18 anos representavam cerca de 51% da população global de refugiados. De fato, entre 2003 e 2016, de acordo com dados desagregados disponíveis, a proporção de crianças entre os estoques de refugiados era muito alta, flutuando entre 41 e 51 por cento. A proporção de mulheres permaneceu relativamente estável, entre 47 e 49 por cento.

condições de vida junto aos países mais desenvolvidos; a violência estrutural e o crime organizado; as dinâmicas sazonais associadas à agricultura, à construção civil e a outros serviços; os desastres ambientais; a evolução tecnológica e o aumento de excedentes de mão-de-obra (RIBEIRO, 2008).

As migrações internacionais atingiram uma dimensão global inegável, pois de acordo com Faria (2015) não há país ou região do planeta que não tenham sido afetados ou que estejam imunes à situação, e da mesma maneira, também não existem povos que não tenham recebido influência de diversos fluxos de migrantes ao longo da sua formação. Ainda, segundo a autora, embora as migrações tenham sido sempre um aspecto presente na História Humana,

assumiram dimensão ainda maior na era contemporânea, estimuladas por avanços tecnológicos nos setores de transportes e comunicações, pela acelerada internacionalização da economia e pelo agravamento de disparidades sociais e econômicas entre regiões e países. (FARIA, 2015, p. 23)

Sendo assim, a complexidade do tema é “também evidente, prestando-se a interpretações de ordem política, sociológica, comercial, econômica, humanitária, de direitos humanos e mesmo moral” (FARIA, 2015, p. 23).

Segundo divulgou a ONU em seu relatório “Tendência de Stock Internacional de Migrantes: Revisão 2015”, neste mesmo ano os migrantes internacionais constituíam

3,3% da população do mundo, enquanto em 2000 representavam somente 2,8%. O relatório revelou ainda diferenças consideráveis entre as principais regiões do globo. Enquanto na Europa, na América do Norte e na Oceania os migrantes internacionais equivalem a aproximadamente 10% da população; na África, Ásia, América Latina e Caribe, apenas 2% da população são migrantes internacionais (UNRIC, 2016, texto digital).

Em contrapartida, de acordo com os dados divulgados no mesmo relatório, a distribuição de migrantes internacionais por regiões, tem em primeiro lugar

a Europa com 76 milhões de migrantes residindo em seu território; logo em seguida vem a Ásia com 75 milhões de migrantes; a América do Norte com 54 milhões; a África com 21 milhões; a América Latina e Caribe com nove milhões e, finalmente; a Oceania com oito milhões de migrantes. Já os países onde estão concentrados os migrantes internacionais são: os Estados Unidos da América (47 milhões de migrantes em seu território); a Alemanha e a Rússia (com 12 milhões de migrantes residindo em cada país); a Arábia Saudita (10 milhões); o Reino Unido (nove milhões) e os

Emirados Árabes Unidos (com aproximadamente oito milhões de migrantes internacionais). (ANGÉLICO e POKER; 2017, p. 59)

Em 2015, de acordo com a ONU, o número de migrações internacionais aumentou mais do que o crescimento da população, sendo que a quantidade de pessoas deixando seus países de origem em busca de novos territórios totalizou 3,3% da população global em 2015. Em 2000, esse número representava apenas 2,8%. Portanto, “há diferenças nas regiões do mundo: na Europa, América do Norte e Oceania, os migrantes são pelo menos 10% da população; na África, Ásia, América Latina e Caribe, menos de 2% são estrangeiros” (ONUBR, 2016, texto digital), sendo que de cada três migrantes internacionais, dois vivem na Europa ou na Ásia.

De acordo com o Relatório de Migração Mundial de 2018 da ONU,

current data indicate that in 2016 there were 40.3 million internally displaced persons (IDPs) worldwide and 22.5 million refugees. Further, the total number of people estimated to have been displaced globally is the highest on record. It is likely that 2017 estimates of displacement will remain as high as the 2016 global figure, if not reaching higher.⁵

Levando em consideração o que diz o Relatório de Migração Internacional de 2017, divulgado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, “estima-se que 258 milhões de pessoas vivem num país diferente do seu país de nascimento - um aumento de 49% desde 2000” (UNRIC, 2017, texto digital), sendo que 3,4% dos habitantes do mundo hoje são migrantes internacionais, o que compara com 2,8% registrados em 2000.

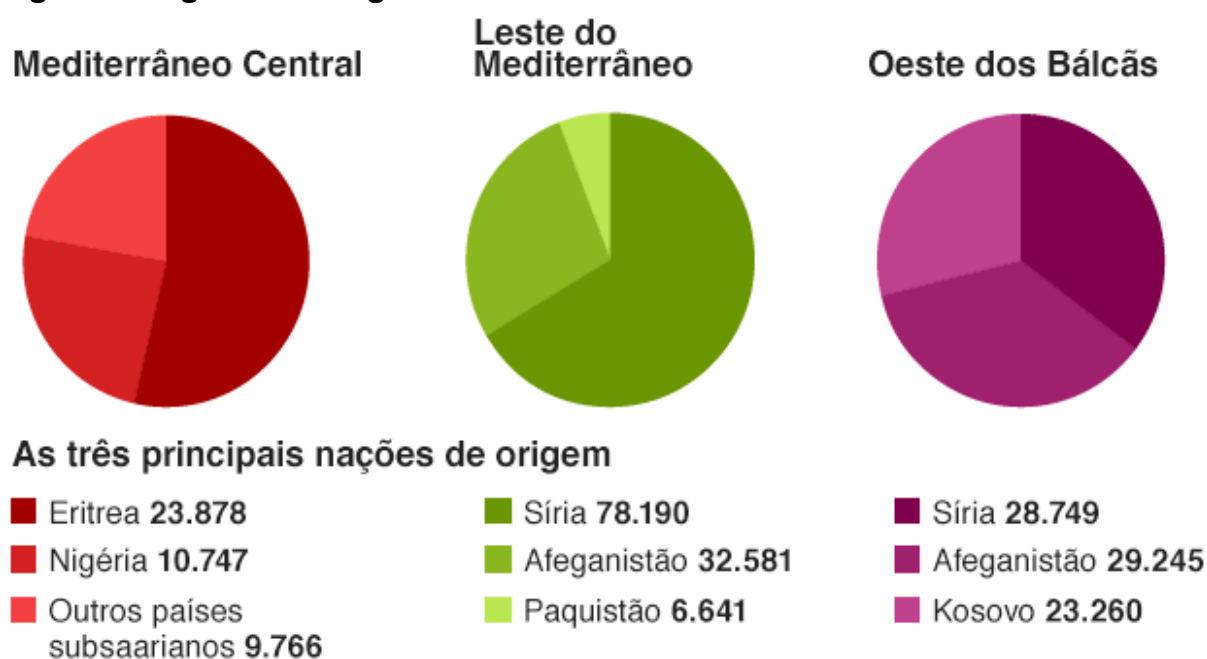
Dados divulgadas em 2015 revelam que

43% dos migrantes internacionais nasceram na Ásia (104 milhões); 25% dos migrantes são oriundos da Europa (62 milhões); 15% dos migrantes internacionais são naturais da América Latina e Caribe (37 milhões); enquanto 2% dos migrantes do mundo nasceram na América do Norte (quatro milhões) e apenas 1% dos migrantes internacionais são da Oceania (dois milhões) (ANGÉLICO e POKER; 2017, p. 59).

⁵ Tradução: Os dados atuais indicam que em 2016 havia 40,3 milhões de pessoas deslocadas internamente (IDPs) em todo o mundo e 22,5 milhões de refugiados. Além disso, o número total estimado de pessoas deslocadas globalmente é o maior já registrado. É provável que 2017 as estimativas de deslocamento permanecerão tão altas quanto a figura global de 2016, se não forem mais altas.

O perfil destes migrantes internacionais, segundo o relatório, é que aproximadamente metade deles é do sexo feminino (48%), grande parte é composta por jovens com idade média de 39 anos, e 15% têm menos de 20 anos de idade. Os gráficos (Figura 1) a seguir ilustram o exposto.

Figura 1 Origem dos Imigrantes



Fonte: BBC, 2015. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm>. Acesso em: 16 de out. 2018

De acordo com a Agência de Refugiados da ONU (ACNUR), migração é algo complexo por tratar de um longo processo e não apenas de um evento momentâneo, que pode vir a se tornar repetitivo na vida de determinadas pessoas, e ainda, variar conforme a movimentação dos indivíduos e de que forma os Estados controlam esse fluxo. Segundo informações do Gabinete de Estatísticas da União Europeia,

a total of 4.3 million people immigrated to one of the EU-28 Member States during 2016, while at least 3.0 million emigrants were reported to have left an EU Member State. These total figures do not represent the migration flows to/from the EU as a whole, since they also include flows between different EU Member States⁶ (EUROSTAT, 2017, texto digital).

⁶ Tradução: Um total de 4,3 milhões de pessoas imigrou para um dos 28 Estados-Membros da UE em 2016, enquanto pelo menos 3,0 milhões de emigrantes foram declarados como tendo abandonado

Para Júnior (2005), as migrações podem ser divididas em quatro grandes grupos: migrações forçadas, migrações em detrimento de perseguições ou violação dos direitos humanos, migrações em decorrência de conflitos armados e ainda, por falta da efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais. As migrações forçadas ocorrem em função de políticas específicas do Estado, que adota políticas públicas de deportações ou expulsões. Ou seja, o Estado possui papel ativo nessas movimentações, não sendo, de fato, consideradas perseguições.

O segundo grupo, trata de migrantes que fogem de perseguições dos mais variados tipos ou que passam a ter seus direitos humanos violados. É caracterizado por pessoas que cruzam as fronteiras internacionais, e passam a ser consideradas refugiados. Ou seja, uma “pessoa que esteja em um Estado que não seja o seu de origem e/ou residência habitual” (JÚNIOR, 2005, p. 129). Neste caso, são os indivíduos que optam por deixar o Estado providenciando sua própria movimentação de um local para o outro.

As migrações em decorrência de conflitos armados, podem ser tanto internas quanto internacionais, e atingem pessoas ou um grupo de indivíduos que se sentem obrigados ou forçados a fugir do lugar onde vivem, principalmente como solução para fugir de situações de violência generalizada e violação dos seus direitos humanitários.

O último grupo de migrações é caracterizado pela falta da efetividade dos direitos sociais, tais como educação, saúde, saneamento, emprego, etc. São denominados migrantes econômicos, que deixam seus lares em busca de condições de sobrevivência em outro Estado. Autores como Jubilut e Apolinário (2010, p. 281) abordam a questão das migrações voluntárias, onde a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo, por razões de conveniência pessoal e sem a intervenção de um fator externo. Diferente disso, as migrações forçadas ocorrem quando o elemento de vontade do deslocamento é inexistente ou minimizado e abrangem uma vasta gama de situações.

Diante disso, nota-se que os quatro grupos se diferenciam em função do motivo da migração e também, pelo grau de influência na escolha do indivíduo, porque este geralmente, pelo fato dele acabar escolhendo seu país de destino. O aumento do fluxo migratório na Europa, pode ser explicado principalmente, pelas migrações em decorrência de conflitos armados, aquelas onde os indivíduos percebem a necessidade de deixar seus lares por questões de sobrevivência e violação de seus direitos

Além dos grupos de migrações identificados por Júnior (2005), existem também dois subgrupos: as migrações legais e ilegais. As legais, são as migrações onde o migrante possui a autorização para entrar e permanecer no Estado, enquanto nas ilegais, os indivíduos não possuem esta autorização. Por via de regra, essa autorização é dada por meio de ato administrativo, e dela “decorrem direitos e deveres ao seu titular, garantindo a ele a inclusão na nova sociedade, no sentido de ser possuidor destes direitos” (JÚNIOR, 2005, p. 131).

Neste contexto, é indispensável o papel dos Estados para garantir os direitos destes migrantes. Por isso, Rosas (2006) defende que os conjuntos de medidas adotadas pelo Estado para regulamentar a entrada de estrangeiros nunca poderão andar sozinhas, pois necessitam estar alinhadas com o instrumento de regulamentação de aquisição da cidadania. Através das leis de cidadania e políticas de naturalização, os Estados determinam quem fica dentro ou fora do círculo de pertencimento formal. Segundo o autor, a cidadania (ou naturalização) “é um processo através do qual uma pessoa de outro país se torna membro legal de determinado Estado” (Rosas, 2006, p. 201), entidade soberana que possui poder exclusivo para estes trâmites, que variam de país para país. Desse modo, as normas que regulamentam a permanência de uma pessoa em um novo território, são um poderoso instrumento de integração que passa a ser colocado à disposição dos países de acolhimento.

De acordo com o Parlamento Europeu (2017, texto digital), o aumento da imigração na Europa exige políticas para lidar com esta situação. Políticas de migração regular e irregular e ainda, regras comuns de asilo à escala da União Europeia. A crescente crise também exigiu ações e reformas adicionais que

garantissem a segurança das fronteiras, além de uma distribuição mais justa dos requerentes de asilo entre os países da UE. Diante disso, é necessário que os Estados repensem “o mundo não a partir da competitividade econômica e do fechamento das nações, e sim a partir da concepção da cidadania universal e da solidariedade” (MARINUCCI e MILESI, 2005, p. 65), e ainda, que os países se comprometam em aderir à políticas que levem em consideração a questão migratória como um benefício ao Estado que acolhe, mas isso

será factível quando e se os diferentes governantes e formuladores de políticas se distanciarem das diversas formas de preconceitos e racismo, apreciando as múltiplas contribuições que podem advir das migrações (MARINUCCI e MILESI, 2005; PATARRA, 2006).

A política migratória a nível europeu lida com os dois tipos de migrações já mencionadas anteriormente. Quando se trata da migração regular, a União Europeia estabelece condições de entrada e residência legais dos indivíduos, e “os Estados-Membros mantêm o direito de determinar os volumes de admissão das pessoas oriundas de países terceiros em busca de emprego” (Parlamento Europeu, 2017, Texto digital). Desta forma, baseado nos artigos 79 e 80 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que trata da Integração,

a UE pode incentivar e apoiar as medidas adotadas pelos Estados-Membros a fim de promover a integração de nacionais aos países terceiros que sejam residentes legais; porém, a legislação da UE não prevê a harmonização das legislações e regulamentações nacionais (PARLAMENTO EUROPEU, 2018, texto digital).

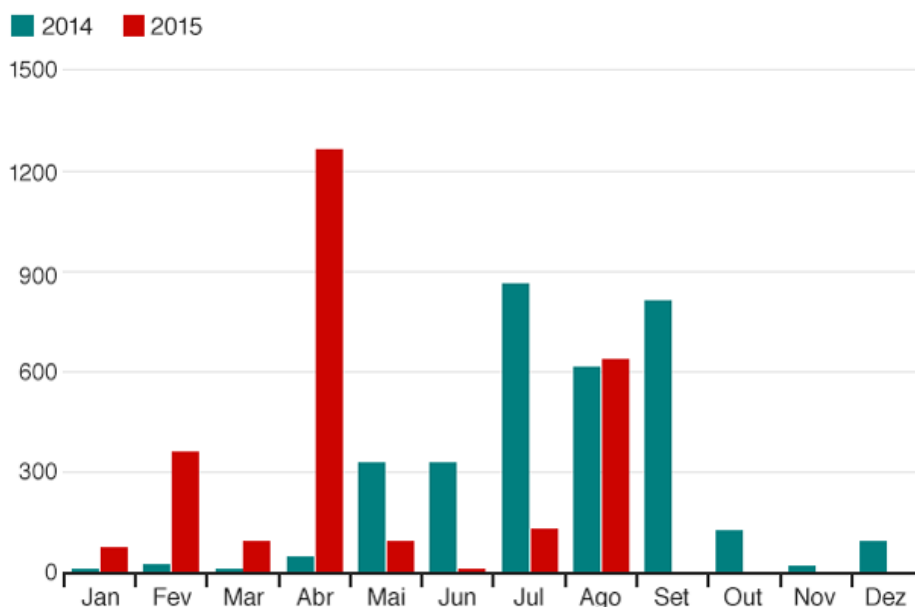
Em compensação, nas migrações irregulares a UE mantém um papel de apoio, especialmente à nível financeiro, e no que diz respeito a integração, não há harmonização das legislações nacionais. Este tipo de migração pode ser manifestado em diversas formas, como “entrada ilegal, trabalho ilegal, entrada em documentos falsos ou permanência excessiva” (Kicinger, 2004, p.4). Por esse motivo, o Parlamento Europeu participa ativamente na adoção de novas leis sobre os dois tipos de migrações.

Outro organismo responsável pelo assunto, a Agência de Refugiados da ONU, acredita que o aumento do fluxo migratório pode ser explicado muito em função da globalização, pois o avanço dos meios de comunicação e transporte

facilitaram o contato entre as pessoas, aumentando o desejo e a vontade de sair do seu país e ir para outro, em busca de melhores condições de vida. Em função deste aumento significativo das migrações nos últimos anos, os governos foram obrigados a modificar algumas de suas políticas migratórias, já que são os Estados que definem quem entra, quem sai e quem permanece em seu território. Porém, para alguns analistas, os controles nas fronteiras são extremamente ineficazes, e em função da “migração ter aumentado nos últimos anos faz surgir descompasso entre a realidade e o propósito das atuais políticas migratórias” (FARIA, 2015, p. 53).

O Parlamento Europeu afirma que a crise migratória atual é a pior no mundo desde a Segunda Guerra Mundial. Isso porque, entre 2015 e 2016 mais de 2,5 milhões de pessoas pediram asilo à União Europeia, e cerca de 9.000 pessoas perderam suas vidas no Mediterrâneo, ao tentar atravessar as fronteiras. A Figura 2, a seguir, ilustra a situação. Segundo a Frontex, órgão que regula as questões fronteiriças, no mesmo período ocorreram cerca de 2,3 milhões de travessias ilegais.

Figura 2 Mortes de Migrantes por Mês no Mediterrâneo (2014-2015)



Fonte: BBC, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm. Acesso em: 16 de out. de 2018.

O crescimento das barreiras firmadas pelos Estados à entrada de imigrantes em seus territórios, a dificuldade econômica dos governos e a não-concessão de autorizações de entrada e/ou permanência para migrantes, fizeram com que

aumentasse o número de imigrantes ilegais nos países europeus. Mesmo diante desta situação, as pessoas não deixaram de realizar esta movimentação entre os países.

Para Rosas (2006), o fenômeno da migração é notório na vida social de um país, tanto naqueles que recebem imigrantes quanto naqueles onde essas pessoas saem. A migração é responsável por provocar mudanças na demografia, alterações na estrutura do mercado de trabalho e também, pelo aumento do pluralismo religioso nas sociedades que acolhem estes indivíduos. Para o autor, os “Estados são autores sumamente influentes nos processos migratórios e a forma como atuam configuram um corpus normativo e político que afeta a maneira como ocorrem os deslocamentos das pessoas entre fronteiras” (ROSAS, 2006, p. 200).

Por causar tantas mudanças na vida da sociedade, ainda se discute muito sobre conceder ou não asilo aos imigrantes, e também se os mesmos devem receber a confirmação da permanência para continuar no país que escolheram. Segundo declarou a ACNUR, existem vantagens e desvantagens em conceder asilo ou permanência a pessoas vindas de outros países. Do ponto de vista positivo, o fato de diversas pessoas viverem uma situação semelhante faz com que uns ajudem aos outros e busquem juntos se inserir em uma determinada sociedade e convivendo com aquelas pessoas de forma natural. Ao mesmo tempo, esses indivíduos são dificilmente compreendidos pelas pessoas, muitas vezes famílias são divididas, e ainda, são explorados por criminosos e terroristas, sendo estas, algumas desvantagens vistas pelo organismo internacional. Para resolver, em partes, alguns pontos do intenso fluxo migratório na Europa nos últimos anos, foram criados alguns Tratados, Protocolos e Regulamentos como embasamento para que os Estados tentassem lidar de forma mais segura com esta situação. Um dos mais importantes e que ainda é utilizado atualmente, é o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor a partir do dia 01 de dezembro de 2009, que tem por princípio a Solidariedade.

O Tratado de Lisboa, segundo o Parlamento Europeu, deve reger as políticas sobre imigração pelo princípio da Solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades entre os Estados-Membros, nomeadamente no que diz respeito

aos volumes de admissão de migrantes autorizados a entrar legalmente num Estado-Membro, para que depois, possam ir em busca de emprego⁷. Além disso,

introduziu a co-decisão e a votação por maioria qualificada para a migração legal, bem como uma nova base jurídica que visa promover medidas de integração. Presentemente, o processo legislativo ordinário aplica-se às políticas de imigração ilegal e legal, tornando o Parlamento um co-legislador em pé de igualdade com o Conselho (artigo 78, § 3) (TFUE, 2018, texto digital).

Atualmente, ainda existe um grande problema em relação às instituições que defendem os direitos dos migrantes, pois a

Organização Internacional para Migrações (OIM), única instância internacional voltada exclusivamente para o tema migratório, não integra o sistema das Nações Unidas e possui mandato limitado, que se restringe à prestação de serviços, relacionados, principalmente, ao deslocamento e à integração de fluxos de migrantes. O Foro Global sobre Migrações e Desenvolvimento (FGMD), criado em 2007, tampouco se insere no sistema das Nações Unidas e tem caráter informal, limitando-se a espaço de troca de informações sobre políticas migratórias, com ênfase nos aspectos econômicos da interface entre migrações e desenvolvimento (FARIA, 2015, p. 24).

Como prestadora de serviços, a OIM em 2015

conducted more than 346,000 health assessments among migrants in more than 80 countries, covering both immigrants (65%) and refugees (35%). The majority of assessments were conducted in Asia (45%), followed by Africa (29%), the Middle East (14%) and Europe (13%) (OIM, 2018, p.30).⁸

No ano seguinte, o índice aumentou 27% em relação a 2015, pois a entidade “conducted almost 450,000 health assessment (52% immigrants and 48% refugees)” (OIM, 2018, p. 30).⁹

O Instituto de Política Migratório (IRIN) declarou que “nenhum dos conflitos que vemos hoje está perto de ser resolvido, porque as resoluções são extremamente complexas, pois envolvem religião, poder e controle de recursos. Nenhum conflito que produza refugiados será resolvido no futuro próximo” (IRIN, 2018, texto digital).

⁷ Artigo 79º e 80.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE).

⁸ Tradução: realizaram mais de 346.000 avaliações de saúde entre os migrantes em mais de 80 países, cobrindo imigrantes (65%) e refugiados (35%). A maioria das avaliações foi conduzido na Ásia (45%), seguido por África (29%), Oriente Médio (14%) e Europa (13%).

⁹ Tradução: realizou quase 450.000 avaliações de saúde (52% de imigrantes e 48% de refugiados).

Em 2016, representantes dos países membros da UE se comprometeram durante a Convenção para Refugiados, em proteger “os direitos fundamentais dos refugiados que buscam segurança em outros países e que sejam recebidos com cuidado e dignidade” (ACNUR, 2017, texto digital), buscando melhorar os sistemas que já existem e ainda, compartilhar a responsabilidade dos refugiados no mundo, auxiliando estes, na reconstrução de suas vidas.

Segundo declarações da IRIN, acordos estão sendo desenvolvidos, e pela primeira vez, após um ano de discussões, os Estados Membros da ONU aprovaram o primeiro pacto global sobre migração no dia 13 de julho de 2018, que será formalmente adotado pelos membros em uma conferência intergovernamental que acontecerá em Marrakesh, no Marrocos, nos dias 10 e 11 de dezembro (ONUBR, 2018, texto digital). As discussões e consultas sobre o Pacto, envolveram além dos Estados-membros, sociedade civil, autoridades locais e migrantes. Para o secretário-geral da ONU, António Guterres, o pacto é uma conquista significativa, reconhece que todo o indivíduo tem direito a segurança, dignidade e proteção, e reflete também,

o entendimento compartilhado pelos governos de que a migração transfronteiriça é, por sua própria natureza, um fenômeno internacional e que a gestão eficaz dessa realidade global requer cooperação internacional para aumentar seu impacto positivo para todos (ONUBR, 2018, texto digital).

Além disso, segundo o Secretário da ONU, “esta diretriz abrangente compreende uma gama de objetivos, ações e caminhos para implementação, acompanhamento e revisão” (ONUBR, 2018, texto digital), que tem por finalidade facilitar a migração segura, ordenada e regular, para reduzir a incidência e o impacto das migrações irregulares. Para complementar a importância do pacto, o presidente da Assembleia Geral da ONU, Miroslav Lajčák, enfatizou o potencial do acordo, e declarou que o mesmo “não encoraja a migração nem visa impedi-la. Não é juridicamente vinculativo. Não dita, não irá impor. E respeita plenamente a soberania dos Estados” (ONUBR, 2018, texto digital). Através desta coalizão, é possível extrair os benefícios deste fenômeno da migração, além de mitigar os riscos, fornecendo uma base para cooperação e servir de recurso para equilibrar os direitos das pessoas com a soberania dos Estados.

A vice-secretária-geral da entidade, Amina J. Mohammed, chamou a atenção para as diversas questões que estão envolvidas na questão migratória, entre elas a soberania, direitos humanos, o que seria o movimento voluntário, a relação entre desenvolvimento e mobilidade e ainda, como apoiar a coesão social. Outro ponto relevante neste pacto, segundo Amina, é o potencial do multilateralismo, através da capacidade dos Estados se unirem em prol de questões que exigem colaboração global, por mais complicadas e controversas que sejam.

2.3 O Caso Europeu

A Europa foi o continente que recebeu nos últimos anos o maior número de refugiados e migrantes, e viu-se obrigada a tomar diversas medidas para controlar esse fluxo inesperado através da “reforma do sistema de asilo, o reforço dos controles fronteiriços, uma política de regresso mais eficiente e da promoção da integração dos refugiados” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital). De acordo com o relatório da OIM de 2018,

in 2016, Germany hosted the largest population of refugees and asylum seekers in Europe, and close to half were asylum seekers. Germany received the largest number of new asylum applications in Europe in 2016 (and globally), with most claims made by people from the Syrian Arab Republic, Iraq and Afghanistan. Some of the largest refugee populations in France and Austria were from the Russian Federation. In 2016, France was also host to sizable refugee populations from Sri Lanka and the Democratic Republic of the Congo. Ukraine and the Russian Federation were the main European origin countries (OIM, 2018, p. 71).¹⁰

Conforme o site de notícias alemão *Deutsche Welle*, o governo da Alemanha enfrenta uma grave crise nos últimos anos em função de não conseguir negociar a formação de um novo Executivo. Conforme o site, é “uma crise política sem precedentes desde a formação da República Federal da Alemanha, em 1949” (DW, 2017, texto digital). Ademais, o ponto crítico das negociações em torno da formação de um governo seria justamente “a política de refugiados, a luta contra as alterações

¹⁰ Tradução: Em 2016, a Alemanha sediou a maior população de refugiados e requerentes de asilo na Europa e quase a metade eram requerentes de asilo. Alemanha recebeu o maior número de novos pedidos de asilo na Europa em 2016 (e globalmente), com a maioria das reclamações feitas por pessoas da República Árabe da Síria, Iraque e Afeganistão. Algumas das maiores populações de refugiados na França e na Áustria eram da Federação Russa. Em 2016, a França também foi anfitriã de consideráveis populações de refugiados do Sri Lanka e da República Democrática do Congo. A Ucrânia e a Federação Russa foram os principais países de origem europeia.

climáticas e os desejos de reduções fiscais por parte do FDP¹¹ (*Freie Demokratische Partei*)” (DW, 2017, texto digital). Nesse contexto, a Chanceler alemã, Angela Merkel, perdeu o apoio de alguns políticos, já que defendia políticas de controle de gastos na Europa e o acolhimento dos refugiados que chegavam à Alemanha.

Em Janeiro de 2016, segundo a OIM (2018, p.72) “there were 16 million persons living in one of the European Union (EU) Member States with the citizenship of another Member State”¹², e essa movimentação, de acordo com a entidade, ocorre em função da livre movimentação nas fronteiras, que permite os cidadãos atravessá-las internamente sem serem sujeitos à controles nestes locais. Um dos motivos para essa movimentação é o Espaço Schengen, que diz respeito a uma área de livre circulação sem passaporte na União Europeia, que abrange 26 Estados, com exceção da Irlanda e Reino Unido que mantêm uma cláusula de auto exclusão e dispõem de sua própria área de circulação comum, e Bulgária, Croácia, Chipre e Romênia que estão obrigados a juntar-se ao mesmo. Além destes, quatro Estados não pertencentes à UE – Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein – também fazem parte do Espaço.

Os países membros do Espaço Schengen precisam estar dispostos a seguir as condições para integra-lo. Sendo assim,

os países devem assumir a responsabilidade de controlar as fronteiras externas da União Europeia; devem aplicar uma série de regras comuns do espaço Schengen, tais como o controle das fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, assim como a emissão de vistos uniformes; para garantir um elevado nível de segurança no espaço Schengen, os Estados devem cooperar com os organismos responsáveis pela aplicação da lei noutros países e utilizar o Sistema de Informação Schengen (SIS) (Parlamento Europeu, 2018, texto digital).

De acordo com o Parlamento Europeu (2018), desde a crise migratória em 2015, além das ameaças terroristas transfronteiriças, no mesmo período, vários Estados reintroduziram o controle das fronteiras internas, sendo prorrogados por várias vezes até maio de 2018.

O Regulamento de Dublin determina o país responsável pelos processamentos de pedidos de asilo, sendo este, geralmente o primeiro país que o

¹¹ Partido Democrático Liberal.

¹² Tradução: “havia 16 milhões pessoas que vivem num dos Estados-Membros da União Europeia (UE) com a nacionalidade de outro Estado”.

migrante da entrada na União Europeia. Além disso, o Parlamento Europeu solicitou que fosse reforçado o controle nas fronteiras da Europa além de uma maior capacidade dos Estados-Membros em rastrear as pessoas que entram no continente. Em 2015, em função da enorme pressão causada pela crise dos refugiados sobre as autoridades nacionais responsáveis, o Parlamento solicitou reforço a Frontex, que apresentou uma proposta de uma “nova Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira com o objetivo de reforçar a gestão e a segurança das fronteiras externas da UE e apoiar as autoridades nacionais. A nova agência foi iniciada em outubro de 2016” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital). O papel da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira é

intervir no terreno, sempre que um Estado-Membro esteja indisponível ou não possua a capacidade de tomar medidas autonomamente e monitorizará a evolução do fluxo migratório de entrada e saída na UE. A proposta prevê ainda que a criação de um Serviço de Regresso para assegurar o regresso dos migrantes em situação irregular aos seus países (Parlamento Europeu, 2016, texto digital).

Além disso, a UE têm buscado auxiliar na integração dos imigrantes nos novos países, e solicitou também fundos para programas que promovam novas oportunidades, emprego e programas educativos para grupos vulneráveis e refugiados.

O aumento da imigração na Europa passou a exigir respostas rápidas em vários níveis, principalmente no que diz respeito a políticas que auxiliam na questão das migrações regulares e irregulares. Na migração regular, a União Europeia é responsável por fixar as “condições para as entradas legais e de residência. Os Estados-Membros mantêm o direito de determinar os volumes de admissão das pessoas oriundas de países terceiros em busca de emprego” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital). Em contrapartida, nas migrações irregulares, a UE lida com uma “política de repatriamento que respeite os direitos fundamentais. No que diz respeito à integração, não existe harmonização das legislações nacionais. No entanto, a UE pode desempenhar um papel de apoio, especialmente a nível financeiro” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital).

Segundo destacam os autores Toygür e Benvenuti (2016), a crise migratória pode ser considerada também “um impasse político, uma vez que os

líderes não conseguiram responder com eficiência essa questão”. Diversos tratados e acordos já foram criados para os países membros da União Europeia, porém, muitos países acabam não protegendo estas pessoas em situação de deslocamento como deveriam.

Desde 1999, a União Europeia têm trabalhado para criar um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), mas para que isso funcione, é necessário que

um mecanismo para determinar que Estado-Membro é responsável pela apreciação de um determinado pedido de asilo; regras consistentes para a concessão do estatuto de refugiado em todos os Estados-Membros; normas em matéria das condições de acolhimento; parcerias e cooperação com países que não façam parte da UE. (Parlamento Europeu, 2017, texto digital).

Uma análise comparativa dos últimos anos mostra que em 2017 foram registrados na UE “mais de 728.470 pedidos de proteção internacional. Este valor representa uma redução de 44% em relação a 2016, ano em que se registraram quase 1,3 milhões de pedidos” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital). No mesmo ano,

more than 970.000 first instance decisions on asylum applications were made in the EU Member States and further 266 000 final decisions following an appeal. Decisions made at the first instance resulted in almost 443 000 persons being granted protection status, while a further 95 000 received protection status on appeal” (Parlamento Europeu, 2017, texto digital).¹³

Neste montante, segundo o Parlamento Europeu (2017) o maior grupo de beneficiários que receberam status de proteção na UE neste ano foram sírios, com cerca de 175.800 pessoas, seguidos do Afeganistão 100.700 e Iraque com 64.300 pessoas.

Além disso, o número de decisões de proteção aos sírios teve um decréscimo de em relação a 2016, quando representavam 57% de todas as subvenções, mas mesmo assim, continuaram como o maior grupo a receber status de proteção em 18 países membros da UE. Do total de 175.800 milhões de sírios que foram

¹³ Tradução: foram tomadas mais de 970 000 decisões em primeira instância sobre pedidos de asilo nos Estados-Membros da UE e mais 266 000 decisões finais na sequência de um recurso. As decisões tomadas em primeira instância resultaram em quase 443 mil pessoas receberam status de proteção, enquanto outras 95 mil receberam status de proteção em apelação.

beneficiados pelo Estatuto de Proteção da União Europeia, mais de 70% receberam proteção na Alemanha.

O Regulamento de Dublin é o sistema de asilo da União Europeia, e é responsável por determinar o país que tem a obrigatoriedade de processar os pedidos de proteção internacional

. Em relação ao Regulamento, o Parlamento Europeu se posiciona da seguinte forma:

- 1) O país ao que um requerente de asilo chega pela primeira vez deixa de ser automaticamente responsável pelo processamento do pedido de asilo;
- 2) Os requerentes de asilo com uma “ligação genuína” a um determinado país da UE devem ser transferidos para esse país;
- 3) Aqueles requerentes sem uma “ligação genuína” com um país da UE devem ser “partilhados” de forma justa entre todos os Estados-Membros. Os países que se recusarem a participar na transferência de requerentes de asilo poderão perder acesso a fundos europeus;
- 4) As medidas de segurança devem ser intensificadas e todos os requerentes de asilo devem ser registrados à chegada, devendo as suas impressões digitais ser verificadas nas bases de dados relevantes da UE.
- 5) As disposições sobre menores devem ser reforçadas e os procedimentos de reagrupamento familiar devem ser acelerados (Parlamento Europeu, 2018, texto digital).

Em 2017, de acordo com a UNHCR (2017), os requerentes de asilo apresentaram 1,7 milhões de novos pedidos, e neste mesmo período, 5 milhões de pessoas deslocadas retornaram às áreas ou países de origem, incluindo 4,2 milhões de pessoas deslocadas internamente e 667.400 refugiados. Além disso, 16,2 milhões de pessoas foram deslocadas à força neste mesmo ano, em consequência de perseguição, conflito ou violência generalizada. Esse número equivale a 44.400 pessoas deslocadas diariamente, sendo o maior número registrado pela ACNUR até então, elevando a população total mundial de pessoas deslocadas a 68,5 milhões.

Os Estados Unidos da América foi o país que mais recebeu novos pedidos de asilo em 2017, segundo a ACNUR, com 331.700 mais que o dobro de pedidos de dois anos anteriores, quando o número representava 172.700 pedidos. Porém, embora o número de pedidos tenha aumentado, o país tomou poucas decisões, apenas 65.600. Enquanto isso, a Alemanha registrou um declínio considerável nos pedidos de asilo nos últimos anos, com 198.330 novas solicitações recebidas em 2017, representando uma queda de 73% em relação a 2016, quando o número

chegou a 772.400. O país foi o que mais tomou decisões em 2017, com 573.600. Seguidos dos EUA e Alemanha, a Itália recebeu 126.500 e a Turquia 126.100 novos pedidos de asilo.

O motivo pelo qual as pessoas buscam asilo em regiões mais industrializadas, se dá em função de sobrevivência, segurança básica, comida e abrigo, e por isso, os países da União Europeia têm sido o destino destes migrantes. Segundo divulgou o ACNUR,

an estimated 56,400 Syrians requested refugees status in the 44 industrialized countries in 2013, more than double the number of Syrian asylum claims in 2012 (25,200) and six times the number in 2011 (8,500) (ibid.). In 2014, the number of Syrian asylum seekers in the 44 industrialized countries reached 149,600, the highest number recorded by a single group since 1992 (UNHCR, 2015, texto digital).¹⁴

Atualmente, o Regulamento de Dublin é responsável por ditar as regras para que os países membros possam lidar com os pedidos de asilo. De acordo com o Regulamento, “a responsabilidade por examinar os pedidos recai principalmente sobre o Estado-Membro que desempenha o papel principal na chegada de quem pede asilo - em geral, o primeiro país da União Europeia que o migrante pisou” (BBC, 2015, texto digital). Porém, nem sempre é assim que acontece e, ainda de acordo com o site, a Grécia havia declarado que estava recebendo pedidos demais, pois a maioria dos solicitantes de asilo entra pelo país na UE, sendo que Alemanha e Finlândia pararam de enviar imigrantes de volta para a Grécia.

O pedido de asilo pode ser concedido em primeira instância, e caso isso não ocorra, a decisão pode ser recorrida na Justiça. Segundo a BBC (texto digital), no final de 2016, mais de 1 milhão de requerentes de asilo aguardavam alguma resposta, sendo que a Alemanha liderou a lista de pedidos. Deste montante, 700 mil respostas foram positivas, sendo que os sírios aparecem como os primeiros da lista que mais receberam asilo na Europa (BBC, 2015, texto digital). Segundo a ACNUR, em 2016 foram contabilizadas “a chegada de 129.994 refugiados e imigrantes de

¹⁴Tradução: estima-se que 56.400 sírios possuíam status de refugiados nos 44 países industrializados em 2013, mais que o dobro do número de pedidos de refúgio na Síria em 2012 (25.200) e seis vezes o número em 2011 (8.500) (ibid.). Em 2014, o número de requerentes de asilo sírios nos 44 países industrializados chegou a 149.600, o maior número registrado por um único grupo desde 1992.

diversas nacionalidades na Europa pelo mar, sendo que 41% deles eram sírios” (G1, 2016, texto digital).

A principal rota de entrada no continente utilizada pelos migrantes é o Mediterrâneo. Nos anos de 2015 e 2016, de acordo com o Parlamento Europeu (2017) “foram detectadas mais de 2,3 milhões de travessias ilegais. Em 2017, o número total de travessias ilegais de fronteira na UE caiu para 204.700”, considerado o nível mais baixo registrado em quatro anos. No mesmo ano, 439.505 pessoas foram impedidas de entrar nas fronteiras externas da União Europeia, 172.000 chegaram a Europa por via marítima e 3.139 morreram ou desapareceram durante a travessia. Até junho de 2018, mais de 43.000 pessoas arriscaram suas vidas para chegar à Europa por mar, e estima-se que em média mil tenham morrido afogadas.

As formas de travessia pelo Mediterrâneo, de acordo com dados divulgados pela OIM em seu relatório, acontecem

by boat from Libya to Italy, or from Turkey to Greece through the Aegean Sea. In 2016, nearly 390,000 people arrived in Europe through the Mediterranean region by both land and sea, over 360,000 of whom arrived by sea (OIM, 2018, texto digital).

Em 2016, o número de chegadas pela Grécia caiu drasticamente, atingindo cerca de 170.000 pessoas, enquanto que em 2015 esse número representava 850.000 chegadas ao país pelo mar. Já na Itália, ocorreu um aumento no número de pessoas que chegaram via marítima, com um total de 180.000 pessoas que desembarcaram no país em 2016, representando um aumento de 16% em relação a 2015. A rota do Mediterrâneo Central, que vai da Líbia à Malta e Itália, foi a rota mais mortal para os migrantes irregulares no mundo em 2016, com estimativas de 4.500 mortes e desaparecidos.

Entre as pessoas que chegam pelo Mediterrâneo Central aos países da União Europeia, uma grande quantidade de

single women, as well as unaccompanied or separated children, represent a particularly vulnerable population of migrant arrivals. In 2016, 92 per cent of all children arriving through the Central Mediterranean were unaccompanied or separated children.²⁴⁹ In 2016, more than 60,000 asylum applications

were submitted by unaccompanied children in EU Member States (OIM, 2018, texto digital).¹⁵

Em 2017, assim como nos anos anteriores, a Síria continuou sendo o país com o maior número de pessoas deslocadas à força segundo a UNHCR, com 12,6 milhões de pessoas até o final do ano. Esse montante compreende 6,3 milhões de refugiados, 146.700 requerentes de asilo e 6,2 milhões de deslocados internos.

Atualmente, de acordo com a ACNUR (2018) o desafio da Europa continua sendo a integração dos migrantes na economia e na sociedade, além das questões de deportações destas pessoas, pois muitas ainda aguardam pela decisão dos seus respectivos casos. Estes obstáculos permanecem, na medida em que as autoridades não atenderam às questões dos acampamentos improvisados ou imigrantes dos imigrantes sem documentos que estão sendo explorados em alguns países.

2.4 Conclusões Parciais

Ao longo deste capítulo foram tratados diversos temas relacionados ao fluxo migratório ocorrido a partir de 2015. Diante disso, observa-se que fenômenos como o da Primavera Árabe, iniciado em 2010, e o da guerra civil na Síria, que se estende por quase sete anos, tiveram grande impacto nesta crise migratória na Europa. Diversas entidades buscam alguma solução para esta crise, porém países membros da União Europeia acabaram fechando fronteiras, não cumprindo com alguns acordos e admitiram não ter condições de suportar um número tão elevado de refugiados e migrantes. A crise afetou principalmente a Europa em função da expectativa de vida que estas pessoas que saem dos seus países buscando o mínimo de condições de sobrevivência, acreditam encontrar no continente. Além disso, muito têm se discutido sobre conceder ou não asilo aos refugiados e migrantes que chegam à Europa, de quem é a responsabilidade e de que forma estes Estados devem agir em relação a estas pessoas.

¹⁵ Tradução: Mulheres solteiras, assim como crianças desacompanhadas ou separadas, representam uma população particularmente vulnerável de chegadas de migrantes. Em 2016, 92% de todas as crianças que chegavam pelo Mediterrâneo Central eram crianças desacompanhadas ou separadas.²⁴⁹ Em 2016, mais de 60.000 asilados.

Levando em consideração estes fatores, torna-se importante analisar individualmente o fenômeno da Primavera Árabe que afetou diversos países no Oriente Médio e na África, e que foi responsável pela saída de diversas pessoas dos seus países de origem devido as ameaças sofridas pelos governos ditatoriais. Além disso, a guerra Civil na Síria teve grande impacto no mundo, e foi o país onde mais da metade da população se viu obrigada a buscar abrigo em outros países, devido ao caos instaurado no país desde 2011.

3 PRIMAVERA ÁRABE

3.1 Aspectos Gerais

A Primavera Árabe é um fenômeno que ficou conhecido mundialmente pelas manifestações e reivindicações pró-democracia que ocorreram nos países do Oriente Médio e Norte da África a partir de 2010. Segundo Legranzi e Calculli, o episódio levou

à reorganização das relações de forças na região, sejam elas as forças políticas internas de cada país, seja em relação à diplomacia regional, ou mesmo em relação à abordagem de potências estrangeiras aos desafios que surgiram nesse contexto (LEGRANZI e CALCULLI, 2013, p. 2015).

Diante disso, o episódio pode ser analisado sobre diversas perspectivas, podendo ser descrita como uma sobreposição de diversas crises inter-relacionadas. Sendo assim, a Primavera Árabe pode ser originada por eixos sócio-políticos, econômico-demográficos, meios de comunicação, fatores externos e confessionais.

De acordo com Camila Luz do site Politize (2017), o termo “Primavera Árabe” foi difundido pela mídia ocidental no início de 2010 após uma revolta bem-sucedida que iniciou na Tunísia contra o governo repressivo do ex-presidente Zine El Abidine Ben Ali. Após o presidente deixar o poder, a revolta inspirou diversos outros países próximos. Além da Tunísia, os outros principais países envolvidos são Egito, Líbia, Síria, Iêmen, Bahrein, Marrocos e Jordânia.

De acordo com Haas e Lesch (2013), um jovem como tantos outros, insatisfeito com o governo, colocou-se em chamas para chamar a atenção dos governantes. O rapaz veio a falecer em janeiro de 2011, em um hospital de Tunis. Em seguida, protestos em massa forçaram o presidente da Tunísia a deixar o cargo. No Egito, também ocorriam diversos problemas sistêmicos e da mesma forma, multidões de manifestantes se reuniram na Praça Tahrir no centro do Cairo, e acabaram forçando o Presidente Husni Mubarak a deixar o poder.

Protestos surgiram em outras partes do mundo árabe a partir do Golfo Pérsico em direção ao norte da África, levando à morte do presidente líbio Muammar al-Gadafi após uma campanha de resistência popular armada apoiada militarmente

pela OTAN e pela Liga Árabe. O regime Sírio, achando que iria resistir à tempestade da Primavera Árabe, começou a se deparar também com protestos em massa. Porém, o regime em Damasco desencadeou uma brutal repressão contra a oposição, exibindo uma resiliência que confundiu os prognósticos que, também, em breve cairia. Enquanto isso, países dentro e fora do Oriente Médio, como Irã, Israel, Turquia, Estados Unidos e Rússia, têm uma participação importante no que a Primavera Árabe significa em termos de seus próprios interesses e objetivos. Neste cenário, o que se viu é que alguns governantes autoritários não eram tão invulneráveis aos protestos populares como se acreditava.

O início dos levantes da Primavera Árabe ocorreu em pontos estratégicos de cada país. Segundo Mason (2014) os protestos na Tunísia iniciaram na província com os sindicatos desempenhando um papel importante e no Egito, as manifestações foram desde o início concentradas nas grandes cidades.

Entre os manifestantes, segundo Mason (2013, p. 3), “in Tunisia, more than 42 percent of the population is under twenty-five. This number is 48 percent in Libya, percent in Egypt, and 57 percent in Syria”¹⁶. Ainda, segundo o autor, os jovens tinham muito que se queixar de seus governantes, uma vez que tinham seus direitos básicos negados, governos corruptos, níveis extremos de desemprego, pobreza generalizada e aumentos nos custos de vida. O aumento da juventude e a insatisfação com os governos nestes países combinada à crise de socioeconômica de 2008 em todo o mundo foram fundamentais para a eclosão da Primavera Árabe.

Fazendo um comparativo entre as revoluções na Tunísia, Egito e Líbia, Mason (2014, p. 13) acredita que todos os três casos são “similar insofar as civil society movements decisively turned against their respective authoritarian regimes and demanded regime change with reference to the principles of universal rights and good governance”.¹⁷

Para Mason (2014), se a Primavera Árabe fosse considerada uma revolução, seria muito cedo para garantir que ocorreram mudanças neste processo. No que diz

¹⁶ Tradução: “na Tunísia, mais de 42% da população tem menos de 25 anos. Esse número é 48% na Líbia, 51% no Egito e 57% na Síria”.

¹⁷ Tradução: “é semelhante na medida em que os movimentos da sociedade civil se transformaram decisivamente contra seus respectivos regimes autoritários e exigiram regime mudar com referência aos princípios de direitos universais e boa governança”.

respeito à política destes países, em alguns ocorreram mudanças de regime, porém representantes de velhas forças ainda desempenham um papel importante não só no Egito, mas também na Líbia. Caso as manifestações tenham gerado alguma mudança, trata-se de um processo de transição que teria algum resultado contundente apenas em um longo prazo. Atualmente, existem poucos indícios de que o fenômeno tenha estabelecido mudanças socioeconômicas profundas.

Segundo Ramos (2015), o nível de análise da Primavera Árabe se dá através de fenômenos domésticos nos países em que ocorreu, movimentos regionais e tema de interesse global. Diante destas perspectivas, as análises não são apenas apropriadas, mas em grande medida necessárias.

As reivindicações dizem respeito principalmente ao autoritarismo dos governos e a conseqüente incapacidade desses regimes de promoverem a participação da maioria da população na vida pública. Para Legrenzi e Calculli (2013), na medida em que os interesses nacionais ficam restritos aos governantes, acabam sobrepostos pelos interesses do regime que correspondem, e sua manutenção no poder.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe de 2009, às vésperas do estopim da Primavera Árabe, propôs uma análise em quatro eixos:

a legitimidade do estado na ótica dos cidadãos; a conformidade da atuação estatal às normas internacionais de direitos humanos; o modo como o estado utiliza o monopólio da força e da coerção; e em que medida mecanismos de pesos e contrapesos previnem abusos de poder. O estudo concluiu que os estados árabes mais significariam uma ameaça que uma garantia à segurança humana (ONU, 2009, texto digital).

Muitas facetas e expressões do fenômeno da Primavera Árabe têm vínculo com a globalização. Isso porque, segundo Mason (2014), os slogans do movimento não se referiam ao Islã, mas sim a problemas fundamentais como o desemprego e a corrupção, e o que mais chama atenção é o uso crescente das mídias sociais durante o período, que no século XX era comparativamente baixa.

Alguns autores defendem que a Primavera Árabe era uma “Revolução de Facebook”, sendo que isto já foi criticado diversas vezes. Isso porque, na verdade, não foi um evento de redes sociais. Muito pelo contrário, as redes sociais serviram

como utilitários importantes para difundir uma luta política, e foram indispensáveis para que os manifestantes pudessem se expressar. Diante disso, potenciais manifestantes só tomaram conhecimento da força que tinham através do uso em massa das mídias sociais e, assim, conseguiram vincular suas capacidades organizacionais de forma eficiente.

Os meios de comunicação receberam bastante destaque durante o período da Primavera, principalmente quando governos de países como Egito e Tunísia tentaram banir o acesso à internet em nível nacional, com o objetivo de reduzir a capacidade de coordenação dos movimentos por parte dos manifestantes. Neste contexto, a mídia foi o canal primário para espalhar um episódio originado nas fronteiras da Tunísia, fazendo com que as informações transitassem do nível doméstico para o regional e posteriormente para o internacional. Contudo, não se pode afirmar que os meios de comunicação foram os causadores do fenômeno, mas foram os condicionantes para caracterizar o que se conhece hoje por Primavera Árabe, pois sem isso dificilmente as movimentações ultrapassariam as fronteiras tunisianas, e se isso fosse ocorrer, aconteceria de forma mais lenta. Os meios pelos quais foram divulgadas as informações foram as redes de notícias árabes (especialmente a Al Jazeera) e canais televisivos.¹⁸

Durante todo o movimento da Primavera Árabe, a rede televisiva esteve sempre presente, transmitindo as manifestações tanto em árabe quanto em inglês. Com a projeção dos acontecimentos para diversos outros países da região, o contágio das manifestações foi impulsionado em função de retratar os desafios enfrentados pelos governos naquele momento. Além dos meios de divulgação tradicionais como o rádio e a televisão, para Ramos (2015) a internet e o uso de celulares foram responsáveis por difundir as informações além das fronteiras, sendo também um fator condicionante para a caracterização da Primavera Árabe.

Segundo Ramos (2015), a Primavera Árabe foi desencadeada por forças internas à região e aos países que a compõe, independentemente de influências

¹⁸ A rede televisiva Al Jazeera foi fundada em 1996, sendo propriedade do Estado do Catar, e desde então é uma das principais responsáveis por difundir informações sobre a realidade árabe. Considerada pioneira na qualidade de mídia árabe, o canal proporcionou projeção interna e externa à realidade árabe, promovendo, de acordo com Brancoli (2013) “reflexão interna da região ao mesmo tempo que ofereceu ao restante do mundo a sua abordagem dos acontecimentos”.

históricas. Da mesma forma, os elementos internos são os principais responsáveis por conduzir o processo. Porém, ao desencadear a crise e iniciadas as manifestações, o ambiente permite a inserção de atores externos que passam a influenciar em todo o processo, e acabou entrando na agenda internacional.

Não bastando a interferência de diversas forças externas além de elementos internos, para Visentini (2014) houve espaço e oportunidades também para o envolvimento direto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Líbia, sob patrocínio e liderança dos franceses e as controvérsias em relação aos limites das resoluções à intervenção estrangeira no que diz respeito à resistência de Gaddafi por parte do Conselho de Segurança da ONU.

Além destes fatores, para Mason (2014) é preciso entender também a diversificação da política no Oriente Médio Árabe, porque alguns regimes estão em transição e outros poderiam manter, por enquanto, um modelo autoritário, como é o caso da Tunísia e do Catar respectivamente. Durante o período da Primavera Árabe alguns sistemas conseguiram conter o avanço e controlar as manifestações, antes que eles conseguissem desestabilizar todo o sistema como foi o caso da Jordânia. Para o autor, existem três linhas de argumentação desenvolvidas pela literatura para explicar as diferenças entre os níveis de alcance dos protestos nos países envolvidos: os militares, a monarquia e as teses de Estado.

Em relação aos militares, a tese diz respeito aos diferentes sistemas políticos existentes na Primavera Árabe, que trata das posições que os militares estão inseridos no sistema. Quando os militares defendiam os interesses e eram privilegiados pelas principais lideranças políticas, eles defendiam estes líderes usando a violência quando necessário. Porém, quando os militares não estivessem defendendo os interesses destes líderes e não tinham nenhum privilégio, estavam prontos para sacrificá-los. Exemplos destas duas situações são a Síria e a Tunísia, respectivamente.

Do ponto de vista empírico da monarquia, o fato é que nenhuma das monarquias árabes que ainda estão no poder passaram por um processo forçado de transição causado pela Primavera Árabe. O argumento básico desta tese é o institucionalismo. Isso porque carrega patrimônio e posições em seus respectivos

sistemas políticos, pois controlam fontes de autoridade e legitimidade que não estão disponíveis para os presidentes da república. Portanto, os reis enfrentam menos desafios antissistêmicos, sendo sistemas mais robustos. Por esse motivo, muitas monarquias foram substituídas por repúblicas entre 1950 e 1960 por não conseguirem lidar com desafios e autores antimonárquicos, e atualmente, pode-se dizer que é uma espécie em extinção. A tese da monarquia é vinculada a países como a Jordânia, Marrocos e Bahrein.

A tese do Estado faz um balanço entre os países que tinham ou não recursos quando a Primavera Árabe iniciou. Diante disso, estados com renda per capita mais alta tinham melhores chances de restringir os protestos, além disso, quando os regimes foram fundamentalmente desafiados tiveram melhores chances de evitar mudanças políticas em grande escala usando o petróleo para fortalecer o contrato social autoritário ou usando estes fundos para financiar medidas mais repressivas. Segundo esta teoria, nenhuma monarquia do Golfo caiu durante a Primavera Árabe não por ser monarquia, mas devido à abundância de seus recursos naturais e financeiros. Os regimes da Jordânia e do Marrocos controlam pequenas quantidades de renda, porém recebem através de outros meios valores significativos, e por isso, o nível de instabilidade nos dois países foram significativamente menor mas mesmo assim, as manifestações existiram. Já no Egito e na Tunísia, países árabes com renda política menor, os impactos dos protestos foram muito maiores.

3.2 Impactos Locais

Apesar dos países do Oriente Médio e do Norte da África que se envolveram na Primavera Árabe terem históricos e dinâmicas parecidas, é relevante analisá-los de forma individual, pois cada um possui suas particularidades em relação à cultura, língua, hábitos e cidadania.

Tunísia

Na Tunísia, considerada o berço da Primavera Árabe, após a queda de Ben Ali que se manteve no poder por 23 anos e sua fuga para a Arábia Saudita em

janeiro de 2011, iniciou-se um período de transição política no país. Em junho de 2011, segundo a Reuters (2012) um tribunal condenou o então ex-presidente e sua esposa, Leila Trabelsi, à revelia, a 35 anos de prisão por roubo e posse ilegal de dinheiro.

De acordo com a BBC News (2013), a Tunísia realizou suas primeiras eleições parlamentares democráticas, onde o partido Ennahda foi o vencedor com mais de 41% dos votos na assembleia constituinte e encarregado de redigir uma nova Constituição. No mesmo período, Moncef Marzouki foi eleito presidente. No mesmo mês, o partido Islâmico ganhou também 90 assentos na assembleia constituinte e 217 cadeiras na primeira eleição democrática do país.

No ano de 2014, de acordo com o site Euronews (2014) ocorreram novamente as eleições presidenciais disputadas pelo presidente atual Moncef Marzouki e o líder do partido Nidaa Tounès, Béji Caïd Essebsi. Aproximadamente 64% da população compareceu as urnas. O presidente eleito foi Essebsi com 39,46% dos votos enquanto Marzouki teve 33,43% de aprovação. O homem de 88 anos faz parte de um partido cuja coligação é voltada para militantes de esquerda, empresários e antigos membros do regime, unidos pela oposição aos islamitas. O principal foco do partido é defender a liberdade individual e o secularismo. Porém, as manifestações por melhores condições de vida ainda continuam e o país ainda está em uma constante transição democrática, segundo o site Politize (2013).

Egito

Após dezoito dias de protestos em massa, Hosni Mubarak foi forçado a renunciar em fevereiro de 2011 depois de 29 anos no poder, sendo o segundo presidente a cair após o início da Primavera Árabe. O ex-presidente foi condenado por ser cúmplice na morte de 846 pessoas durante as revoltas, porém o veredito acabou sendo revogado após recurso, segundo a BBC News (2013). Após ser deposto, seus poderes foram transferidos para a Suprema Corte das Forças Armadas (Scaf) até as eleições parlamentares de 2012.

Em junho, segundo publicou a BBC News (2013), o candidato Mohammed Morsi, do Partido da Liberdade e Justiça da Irmandade, foi eleito presidente. Suas

primeiras medidas foram a revogação de um controverso decreto da Scaf que limitava seus poderes, dissolver a Câmara dos Deputados e mudar a liderança militar. Em novembro do mesmo ano, Morsi viu uma oposição sendo construída, após ele emitir um decreto a si próprio que concedia poderes de longo alcance que foi considerado por muitos como uma projeto de constituição islamista. O presidente acabou sendo deposto por militares em junho de 2013, depois que milhões de manifestantes foram às ruas.

Atualmente, segundo divulgou o site Poltize (2017) o país é comandado pelo ex-comandante do Exército Abdul Fatah Khalik Al-Sisi, considerado o responsável por arquitetar o golpe que tirou Morsi do poder. Diante disso, o Egito está dividido entre apoiadores e opositores do governo, e a instabilidade no país permanece reforçada pela repressão política e falência econômica. Segundo divulgou o site de notícias UOL (2018), Al-Sissi após ser eleito instalou um regime autoritário que reprimiu metodicamente toda e qualquer oposição islamista, laica ou liberal.

Em março de 2018 ocorreram novamente as eleições presidenciais no Egito, sendo disputadas pelo então presidente Al-Sissi e o chefe do partido liberal Al Ghad, Musa Mustafa Musa. O atual presidente venceu mais uma vez, com 97% de aprovação e alcançou cerca de 22 milhões de votos, segundo divulgou o site G1 (2018).

Líbia

Na Líbia, segundo a BBC News (2013), tudo iniciou em fevereiro de 2011 após um ataque realizado pelas forças de segurança abriram fogo contra um protesto na cidade de Benghazi, no leste do país. Diversas manifestações antigovernamentais rapidamente evoluíram para uma revolta armada com o intuito de derrubar o regime de Muammar al-Gaddafi no poder desde 1969. Gaddafi era acusado de corrupção e concentrava em suas mãos riquezas enquanto boa parte da população vivia na pobreza.

Em março do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU autorizou todas as medidas necessárias para proteger os civis, e, além disso, potências da OTAN lançaram ataques aéreos contra o governo. Com o auxílio militar do Ocidente além de vários estados árabes, as forças rebeldes tomaram a cidade de Trípoli após seis

meses de confronto e milhares de pessoas mortas. Gaddafi ficou foragido por algum tempo, mas foi capturado e morto em agosto de 2011.

Após Gaddafi deixar o poder, a Líbia passou por uma instabilidade, com aproximadamente 300 milícias revolucionárias entrando em confronto frequentemente. Além disso, a população líbia sofre um desenvolvimento regional desigual, desemprego e falta de transparência governamental. Em 2013, foi anunciada a eleição para uma assembleia constituinte para redigir uma nova constituição.

Desde a queda do líder líbio, segundo o Jornal Nexo (2018), não houve um acordo sobre quem deveria governar a Líbia, e por isso os diversos grupos que antes já disputavam o poder até hoje continuam esta disputa. Com o apoio da ONU, um conselho de transição foi criado para servir como um governo temporário, mas em 2012 este poder foi transferido para um primeiro-ministro no Parlamento. Em 2014, ocorreram novamente eleições. Porém, menos de 20% da população compareceu às urnas em função da violência que existia em alguns locais das votações. Atualmente, dois grupos político continuam reivindicando o governo no país: um na cidade de Trípoli, apoiado por milícias islâmicas e pela ONU, e outro em Tobruk apoiado pelo Exército e por países como Egito e Emirados Árabes.

Os Estados Unidos já agiram diversas vezes na Líbia com medidas repressivas. Em 2017, o Exército americano realizou seis ataques contra o grupo Estado Islâmico (EI)¹⁹, nos quais 17 pessoas morreram, segundo o Comando Americano para a África (AFRICOM). O bombardeio tinha como alvo um campo do grupo localizado na costa do Mediterrâneo, que era utilizado para lançar operações dentro e fora do país para o armazenamento de armas. Segundo a ISTOÉ (2017), estes foram os primeiros ataques anunciados por Washington desde a posse de

¹⁹ O grupo autodenominado Estado Islâmico surgiu após uma intervenção americana derrubar o regime de Saddam Hussein, em 2003. O Estado Islâmico “conquistou território no Iraque e na Síria e atraiu combatentes do mundo inteiro, muitos deles jovens ocidentais que decidiram se unir em organizações ou promover atentados em seus países de origem” (BBC, 2017, texto digital). Ao longo dos últimos anos, o grupo acabou perdendo diversas áreas sob seu controle no Iraque e na Síria, além de outras áreas que controlava em países vizinhos devido a campanhas lideradas pelos Estados Unidos.

Donald Trump, porém no mandato de Barack Obama também foram realizados ataques contra grupos do EI suspeitos de planejar ataques na Europa.

lêmen

O presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh foi o quarto líder árabe a ser forçado a deixar o poder. As manifestações se iniciaram em janeiro de 2011 pedindo o fim do governo de Saleh, mas o mesmo havia prometido não concorrer à reeleição. Isso, contudo, não impediu que os protestos se espalhassem. O principal objetivo dos protestos, segundo o site Politize (2017) era a reforma da constituição para acelerar a economia do país e reduzir as altas taxas de desemprego. As forças governamentais reprimiram com violência as manifestações, e no mesmo momento, o grupo terrorista Al Qaeda deu início a atos violentos no sul do país.

De acordo com a BBC News (2013), após ficar gravemente ferido em um bombardeio em junho de 2011 o então presidente viajou ao exterior para um tratamento, e quando retornou em novembro do mesmo ano, assinou um acordo transferindo seus poderes para seu vice Abdrrabuh Mansour Hadi por dois anos. Para o site Politize (2017) pouco progresso foi feito em direção a uma ordem democrática estável, pois ainda hoje, o Iêmen ainda sofre com disputas entre grupos Sunitas e Xiitas, ataques regulares da Al Qaeda e economia em colapso.

Bahreïn

No Bahrein, existe uma monarquia constitucional marcada por uma longa história de tensão entre a família real Sunita e a maioria da população Xiita, e em fevereiro de 2011, as manifestações passaram a exigir mais liberdade política para os Xiitas, que se consideram discriminados dentro do país. Em seguida, os manifestantes passaram a exigir também que o rei Hamad bin isa Al Khalifa fosse deposto, segundo divulgou o site Politize (2017).

Em março do mesmo ano, o rei decretou estado de emergência e passou a trazer tropas lideradas por sunitas de outros países vizinhos do Golfo, para restaurar a ordem no país. Nesta ação, diversas pessoas morrem e muitos também acabaram presos. A Arábia Saudita interveio no processo, para evitar que a família real fosse

deposta, porém não foi estabelecida uma solução política e os protestos também não foram reprimidos.

Atualmente, de acordo com o site Politize (2017) o país continua em uma monarquia absolutista liderada por Al Khalifa mas continua em crise, com confrontos regulares e prisões de ativistas da oposição.

Arábia Saudita

Na Arábia Saudita, os protestos não ocorreram de forma tão intensa como nos países vizinhos. Em 2011, uma pequena parte da população também foi às ruas pedindo a implementação de uma monarquia constitucional, divisão de poderes e mais direitos para as mulheres.

As manifestações foram reprimidas pelas forças de segurança com força excessiva contra os manifestantes, e cerca de 10 foram mortos a tiros, de acordo com a BBC News (2013). Atualmente, ocorrem protestos esporádicos no país lutando pelos mesmos objetivos iniciais.

Marrocos

A Primavera Árabe iniciou no Marrocos em fevereiro de 2011, quando diversas pessoas tomaram as ruas das cidades de Rabat e Casablanca para exigir que o rei Mohammed VI abrisse mão de seus amplos poderes, de acordo com a BBC News (2013). O rei acabou oferecendo uma reforma constitucional abrangente, e em junho do mesmo ano aceitou as mudanças propostas, incluindo desistir dos seus direitos divinos como soberano e, além disso, nomear um primeiro-ministro do maior partido do parlamento.

O Movimento 20, liderado por jovens, queria uma monarquia constitucional completa e, por isso, não aceitaram as emendas constitucionais propostas. Porém, elas foram aprovadas posteriormente.

Apesar de ter que abrir mão de alguns poderes, o rei mantém sua autoridade final, permanece também como chefe do Conselho de Ministros, do Conselho de Segurança e do Conselho Ulama, além de controlar os serviços militares, policiais e de inteligência.

Jordânia

Na Jordânia, segundo divulgou a BBC News (2013) as manifestações iniciaram em janeiro de 2011 com reivindicações por mais emprego e o fim da corrupção do governo, além de mais democracia e a redução dos poderes do rei. No país, as manifestações foram em grande parte pacífica. Porém, os militares foram às ruas, pois desaprovaram a medida do FMI em abolir os subsídios ao combustível do governo, como uma medida para resgatar a economia sobrecarregada de dívidas.

Em janeiro de 2013, o rei prometeu realizar as eleições através de uma consulta ao parlamento sobre a escolha do primeiro ministro pela primeira vez, e desta forma, as eleições parlamentares acabaram sendo realizadas dois anos antes. Em março do mesmo ano, o rei Abdullah disse que seria capaz de liderar uma transição para uma democracia, como uma forma de não entregar o poder nas mãos de islamistas.

Hoje, a região continua instável com o povo pedindo por mais reformas políticas, econômicas e sociais, e sofre ainda, com ataques realizados por grupos terroristas do Estado Islâmico e abriga mais de 600 mil refugiados sírios desde 2011, segundo o site Politize (2017).

3.3 Impactos Gerais da Primavera Árabe sobre os Fluxos Migratórios

Ainda em 2011, o início dos movimentos da chamada Primavera Árabe gerou instabilidade no Mediterrâneo (MARCELINO, 2012, p.63). Os episódios contribuíram, nesse sentido, para o êxodo em massa de pessoas do Oriente Médio e Norte da África em busca de locais seguros, impulsionando ainda mais os fluxos migratórios ilegais em direção à Europa.

Para Fontana, Zimnoch e Lorentz (2017), existem atualmente focos de conflitos entre facções tanto no Oriente Médio quanto na África que são ainda muito comuns desde a eclosão da Primavera Árabe em 2011. O atual fluxo de migrantes tem como principais causas a instabilidade enfrentada nestas regiões devido à intensidade das várias guerras civis e ainda, conflitos étnico-religiosos em

decorrência do surgimento de inúmeros grupos fundamentalistas islâmicos em consequência “da queda dos regimes, da desestruturação e fragilidade do Estado e de seus exércitos, incapazes de conter os novos grupos radicais” (BANDEIRA, 2014; COCKBURN, 2015a).

Conforme se viu, a Primavera Árabe ficou conhecida com um conjunto de manifestações populares contrárias aos anos de regimes autoritários, onde segundo Visentini (2012), cada país apresentou suas motivações e realidades específicas, de modo que a influência externa teve grande importância nestas manifestações, que com o intuito de buscar mudanças acabaram tendo um papel ainda maior: o de desestabilizar estes países.

Destas revoltas, surgiram cenários que possuem um grande impacto na crise migratória atual, como é o caso da Síria, Líbia e Iraque. Na Líbia, as dinâmicas migratórias atuais são causadas pela instabilidade e caos generalizado devido a Guerra Civil no país, após a derrubada de Gaddafi (TOALDO, 2015). No caso da Síria, Bashar al-Assad perdeu grande parte da sua legitimidade ao utilizar o exército no combate as manifestações (VISENTINI, 2012). Além disso, o crescente número de grupos terroristas, principalmente do Estado Islâmico, contribuiu para a instabilidade no país, que afetou também o Iraque, gerando um dos maiores fluxos de refugiados atuais, além de milhões de deslocados internos (COCKBURN, 2015b).

Com isso, a crise migratória passou a ser centralizada na União Europeia, após o continente receber grandes fluxos de refugiados e migrantes a partir de 2014, entre sua maioria sírios, iraquianos e afegãos que faziam a travessia através do Mar Mediterrâneo ou atravessando as rotas do Leste Europeu de acordo com a ACNUR (2015).

A situação dos refugiados na Europa está diretamente relacionada ao futuro da União Europeia. O sistema Schengen não conseguiu lidar com a situação da crise, o Regulamento de Dublin passou a ser insustentável uma vez que países como Grécia e Itália não conseguiram lidar com o fluxo maciço de refugiados que chegavam ao país e permitiram a livre circulação destas pessoas, que gerou uma carga insustentável sobre outros países do bloco como Alemanha, Suécia, Áustria, de acordo com Lehne (2016).

A crise migratória gerou tensão na zona Schengen, pois os arranjos institucionais e legislativos da UE não deram conta de lidar com o enorme fluxo de migrantes, e acabou gerando também profundas divisões entre os Estados membros de bloco, segundo Lehne (2016). Outro fator importante da crise é o contexto histórico em que está inserida, uma vez que a solidariedade entre os 28 países membros do bloco já não estava mais em equilíbrio desde 2008. Além disso, mesmo que os Acordos de Dublin estabeleçam que o primeiro destino de chegada do refugiado chegar é responsável em conceder asilo, o fechamento de fronteiras e a restrição à permanência destes refugiados têm sido a política adotada por vários países europeus. Isso se explica pelo fato de que os Estados membros não estão dividindo as responsabilidades sobre estas pessoas, e alguns acabam não prestando auxílio algum.

Os refugiados continuam sendo vistos como fonte de instabilidade entre os Estados, e existe ainda uma desigualdade por parte destes órgãos a respeito de quem possui responsabilidade sobre quem chega. Grande parte disso ocorre devido à demarcação dos Estados e suas fronteiras, cada qual com seus interesses. Segundo Hansen (2014), uma crise migratória vai contra os interesses do próprio governo, pois gera tensões com a opinião pública, manifestações, hostilidade da imprensa e violência.

3.4 Conclusões Parciais

Após ser iniciada na Tunísia, com pessoas reprimidas lutando pelos seus direitos e se manifestando contra os governos, a Primavera Árabe acabou afetando diversos países no Oriente Médio e na África. Todos os movimentos, inicialmente foram vistos pelos regimes de governo autoritário como mais uma manifestação, porém o que se observou ao longo dos anos foi a força e o poder da união das pessoas lutando por um mesmo propósito. Diversos interesses em jogo, governos sendo depostos e que sofreram mudanças, alguns países lutando para que possam se recuperar social, econômica e socialmente. Países como a Síria viram sua população reduzir drasticamente, cuja população ainda hoje busca fugir da guerra civil instaurada no país que já se estende por sete anos e que têm afetado países no

mundo inteiro em função do elevado nível de pessoas migrando em busca de melhores condições de vida.

Em função da Síria ainda hoje sofrer com a crise, o capítulo seguinte trata especificamente da situação conflituosa no país, da posição de diversas potências mundiais na guerra civil e dos principais motivos que levaram o país a chegar na situação atual.

4 GUERRA CIVIL NA SÍRIA

4.1 Aspectos Gerais

A Síria, ou República Árabe Síria, está localizada no continente asiático, situada no Oriente Médio. O país faz fronteira com o Líbano e Mar Mediterrâneo no oeste, Turquia ao norte, Iraque ao leste e sudeste, Jordânia ao sul e Israel ao sudoeste. A capital da Síria é Damasco, porém a maior cidade é Aleppo. A língua oficial é o árabe, e cerca de 85% da população é adepta ao islamismo, divididos entre sunitas e xiitas, além do cristianismo e demais religiões. Atualmente, de acordo com o Banco Mundial (2018), a população síria é de 18,27 milhões de habitantes distribuídas pelos cerca de 185.180km².

Segundo o Portal Brasil, a Síria possui um sistema de governo de República Presidencialista, que passa por uma ditadura militar desde 1970, cujo atual presidente é Bashar al-Assad, que assumiu o poder após a morte do seu pai em 2000 após governar o país por 30 anos.

Quando chegou ao poder, segundo a Exame (2016), Assad inspirou esperanças à população de que poderia modernizar o país. Economicamente, garantiu estabilidade, controlou a inflação e o crescimento robusto entre 2000 e 2009. Porém, a pobreza cresceu e o nível de emprego não acompanhou o crescimento da população, a abertura política não passou de promessa e a corrupção crescia cada vez mais.

Após o início dos protestos da Primavera Árabe em 2011, o órgão da ONU para refugiados (2016) contabilizou o desemprego em 60% que antes da guerra não chegava a 10%, dois terços da população se encontravam em situação de extrema pobreza, a moeda do país se depreciou, inflação galopante, fuga de capital e mão de obra, além do colapso nos setores agrícola e petrolífero. O PIB da Síria teve uma queda estimada em 57%.

Após a economia desabar e a produção de petróleo reduzir a quase nada desde o início da guerra, e segundo o site UOL (2017) a Síria que antes produzia e

exportava petróleo, agora importa tudo o que precisa. Ainda segundo o site, as perdas do setor alcançaram 66 bilhões de dólares até o momento, sendo que a produção de petróleo reduziu 97% e a de gás 52% após os campos caírem em mãos de rebeldes e posteriormente em mãos de extremistas do grupo Estado Islâmico (EI)

Para o ACNUR, o aumento no fluxo de migrações internacionais para a Europa ocorre, principalmente em decorrência da guerra civil instaurada na Síria em 2011, agravada pelo crescimento do poder do grupo extremista Estado Islâmico. No entanto, “as guerras civis, a invasão de militantes jihadistas e as perseguições étnicas já ocorrem há no mínimo quatro anos” (DW Brasil, 2015, texto digital). De acordo com dados divulgados pela ACNUR, no ano de 2015, 3,9 milhões de refugiados sírios já haviam sido registrados em países vizinhos, além de outros 8 milhões que se deslocaram dentro do próprio país.

Na Síria, a onda de agitação popular que havia sido pacífica chegou ao país como forma de conflito armado segundo a BBC News (2013). Os primeiros protestos iniciaram em março de 2011 na cidade de Deraa no sul do país e rapidamente foram se espalhando por cidades menores além das principais áreas urbanas. O objetivo das manifestações era um regime mais democrático e flexível com maiores liberdades políticas, e, além disso, pediam pela deposição do presidente Bashar al-Assad, de acordo com o que divulgou o site Politize (2017). De acordo com o site G1 (2018) as manifestações que se iniciaram em 2011 já deixaram mais de 400 mil pessoas mortas e mais de 11 milhões de refugiados em outros países, representando mais da metade da população da Síria.

A guerra civil na Síria iniciou ainda antes da Primavera Árabe, pois a população já vinha reclamando dos altos índices de desemprego, corrupção e falta de liberdade política após o presidente Bashar al-Assad assumir o poder com a morte do seu pai, Hafez em 2000. De acordo com a BBC (2018), em março de 2011 adolescentes que haviam pintado mensagens revolucionárias no muro de uma escola na cidade de Deraa, foram presos e torturados pelas forças de segurança. Além disso, protestos pró-democracia eclodiram na cidade inspirados pela Primavera Árabe nos países vizinhos. As forças de segurança sírias agiram

imediatamente, e abriram fogo contra os ativistas, matando vários deles. Com isso, as tensões se tornaram cada vez piores e mais gente foi para a rua protestar pedindo pela saída de Assad. A resposta do governo foi sufocar as divergências, fazendo surgir uma rápida escala de violência, gerando uma guerra civil no país.

A guerra civil é considerada atualmente mais um conflito contra e a favor de Assad, pelo fato de diversos países estarem envolvidos no conflito, o que deixou a situação ainda mais tensa além de prolongar a guerra. Com isso, diversas comunidades foram divididas e grupos como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda começaram a ter destaque nos conflitos. A Rússia já possuía bases militares na Síria e em 2015 lançou uma campanha militar aérea em apoio a Assad; o Irã foi responsável pela ajuda com centenas de soldados para ajudar Assad e, além disso, milhares de muçulmanos xiitas que integram milícias armadas, treinadas e financiadas pelo país têm lutado ao lado o Exército sírio.

Os Estados Unidos, Reino Unido, França e outros países ocidentais lideram uma coalização global e realizam ataques contra militantes do Estado Islâmico na Síria desde 2014, e ainda os países afirmam que os ataques foram uma resposta ao suposto uso de armas químicas pelo governo do presidente sírio, porém o uso destas armas não foi comprovado.

Não há indícios de que a guerra na Síria possa terminar tão cedo, mas todos acreditam ser necessária uma solução política. O Conselho de Segurança da ONU pediu a implementação de um governo de transição formado com base em um consentimento mútuo. Desde 2014, a entidade mediou nove rodas de conversa de paz, mas não obteve grandes progressos. O presidente Sírio dá indícios de que está cada vez menos disposto a negociar com opositores, e rebeldes continuam insistindo para que ele renuncie.

Segundo dados divulgados pela BBC (2018) do Observatório Sírio de Direitos Humanos, uma ONG britânica que é responsável pelo monitoramento do conflito com base em uma rede de fontes locais, até março de deste ano 353.900 mortes já haviam sido registradas, incluindo 106 mil civis. Nestes dados não estão incluídos os 56.900 desaparecidos ou que já foram considerados mortos. Além disso, o grupo estima que cerca de 100 mil mortes não foram documentadas.

Em decorrência do aumento do número de pessoas deixando a Síria em busca de novos países, diversas nações próximas têm percebido o avanço gradual de migrantes e refugiados entrando em suas fronteiras. Entre os países, estão Líbano, Jordânia, Iraque, Egito e Turquia, entretanto, os migrantes também têm buscado novas rotas, e o que se percebeu nos últimos anos, é um aumento significativo de pedidos de asilo principalmente na Alemanha, Suécia, Reino Unido, Itália e Estados Unidos, pelo fato de que estes países são responsáveis por abrigar um largo número de pessoas, mesmo em tempos de crise.

Segundo Ostrand (2015), o conflito sírio colocou os países vizinhos sob pressão, principalmente o Líbano, Jordânia e Turquia. De acordo com a UNHCR (2015),

by the end of 2014, Lebanon, a country of approximately 4.8 million people before the onset of the Syrian refugee crisis, hosted 1,146,405 registered Syrian refugees, meaning that nearly one in every five people now living in Lebanon is a Syrian refugee" (UNHCR, 2015, texto digital).²⁰

Esse episódio acabou gerando também uma crise humanitária, pois as pessoas acabam arriscando suas vidas através de embarcações pequenas e lotadas em busca de melhores condições de vida. Porém, de acordo com a Organização Internacional para Migrações (OIM),

durante o ano de 2017 (até junho), foram registrados 71.418 migrantes e refugiados que entraram na Europa pela via marítima, com quase 85% chegando na Itália e o restante na Grécia, Chipre e Espanha. Desse número, 1.650 morreram no trajeto. No mesmo período de 2016, foram contabilizadas 206.790 chegadas e 2.512 mortes na região (OIM, 2017, texto digital).

Para o presidente da Comissão Independente de Inquérito da ONU sobre a Síria, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, crimes de guerra continuarão existindo na Síria enquanto não houver uma solução para o conflito no país, de acordo com a ONU (2017). Segundo Pinheiro, em seis anos de conflito houve uma série de acordos de cessar-fogo que fracassaram, sendo que o mais recente acordo foi entre

²⁰ Tradução: Até o final de 2014, o Líbano, que era um país de aproximadamente 4,8 milhões de pessoas antes do início da crise dos refugiados sírios, teve 1.146.405 refugiados sírios registrados, o que significa que quase uma em cada cinco pessoas que vivem no Líbano é um refugiado sírio.

EUA e Rússia que afetou todo o território sírio, que foi respeitado até a crise de Aleppo e o ataque de armas químicas promovido no início de abril deste ano.

Diversos atores internacionais passaram a se envolver no conflito, uns contra e outros a favor do regime do presidente sírio. De acordo com a BBC (2018), entre os apoiadores de Assad estão a Rússia e o Irã, enquanto Estados Unidos, Turquia e Arábia Saudita apoiam os rebeldes. Durante o mandato de Barack Obama, os americanos culpavam o presidente sírio como o responsável pela maior parte das atrocidades cometidas no conflito e diante disso, exigiam que ele renunciasse como pré-condição para a paz. Enquanto isso, Donald Trump inicialmente dizia que derrubar Assad não era uma prioridade e que o considerada como um aliado para derrotar o Estado Islâmico. Porém, após um suposto ataque químico ocorrido em abril, o presidente americano mudou seu discurso.

Os Estados Unidos, juntamente com França, Reino Unido e outros países ocidentais lideram uma coalizão global que realiza ataques contra militantes do EI na Síria desde 2014, além de auxiliar na formação de uma aliança entre milícias árabes e curdas conhecida como Forças Democráticas Sírias (FDS) a assumir o controle de territórios que antes eram dominados por jihadistas. Já a Rússia apoia a permanência de Bashar al-Assad no poder, pois é crucial para defender os interesses de Moscou. Segundo a BBC (2018), além das bases militantes na Síria que já pertenciam à Rússia, os russos lançaram uma campanha militar aérea em apoio ao presidente em 2015 que foi responsável por mudar o andamento da guerra a favor do governo sírio. A intervenção russa tornou possível vitórias significativas das forças de Assad, sendo a maior delas a retomada da cidade de Aleppo pelo governo em 2016, considerado até então o principal refúgio dos grupos opositores. Além da Rússia, o Irã é o aliado mais próximo do ditador Bashar al-Assad e estima-se que o país já tenha desembolsado bilhões de dólares para fortalecer as forças sírias, provendo assessores militares, armas, crédito e petróleo, segundo divulgou a BBC (2018).

A Turquia têm apoiado os rebeldes há muito tempo, a Arábia Saudita teve grande importância ao conter a influência iraniana, além de armar e financiar

rebeldes. Israel mantém sua preocupação com o envio de armas iranianas para Hezbollah na Síria e ainda, realiza ataques aéreos para interromper isto.

A guerra civil na Síria impactou o mundo todo devido as atrocidades cometidas pelo governo, porém não foram somente milhares de pessoas que perderam suas vidas ao longo destes quase sete anos, mas cerca de 86 mil pessoas perderam algum membro do corpo. Além disso, milhões de sírios tiveram que deixar suas casas, e já somam 53% desde 2011 ou então buscar abrigo em algum outro país, e mais de 5,8 milhões se refugiaram no exterior.

4.2 Grupos do Conflito

O conflito sírio é caracterizado por ser descentralizado e com muitas frentes e grupos envolvidos. De acordo com Soares (2018) governo de Bashar al-Assad têm o apoio das forças do Governo e são basicamente as forças armadas que se mantiveram leais ao atual regime do presidente e ainda, contam com o apoio dos governos russo e iraniano e também do partido libanês Hezbollah. Estas forças já controlam 60,2% do território do país, o equivalente a 111.440km² dos 180 mil km² do país, de acordo com o Observatório Sírio de Direitos Humanos divulgado na revista Exame (2018). Ainda segundo a fonte, desde o início deste ano as forças governamentais recuperaram o controle de várias áreas dominadas por rebeldes nas proximidades da capital Damasco e nas províncias de Hama e Homs no centro do país.

Os grupos rebeldes não são unificados e não possuem uma única liderança ou comando definidos, pois estão espalhados por todo o território do país, mas todos eles possuem um objetivo em comum: remover o governo do presidente Assad do poder. Entre os principais grupos estão o Exército Livre da Síria, do qual fazem parte civis e militares desertores que lutam por uma transição de governo pacífica e democrática, além de serem considerados atores fundamentais na luta contra o Estado Islâmico.

As Forças da Síria Democrática (FSD) controlam 26,7% do país e constituem uma aliança liderada por curdos e apoiada pelos Estados Unidos na luta contra os

jiihadistas. O grupo mantém o controle das áreas entre o vale do Rio Eufrates e as regiões fronteiriças do Iraque e Turquia, no nordeste da Síria, de acordo com a revista Exame (2018). Em relação às milícias rebeldes e às facções islâmicas que mantêm sua luta contra o presidente, essas dominam apenas 6,2% do território e controlam algumas áreas nas províncias de Idlib no nordeste, Aleppo ao norte e Deraa ao Sul.

O grupo terrorista Estado Islâmico controla 3% da Síria, principalmente em áreas desérticas na fronteira com o Iraque, e também pequenos territórios no campo de refugiados palestinos ao sul de Damasco, e nas províncias de Deraa e Al Quneitra. A atuação do grupo no cenário da guerra civil síria ganhou projeção em 2014, quando em meio ao caos o grupo passou a controlar grandes áreas na própria Síria e também no Iraque, proclamando a criação de um califado com o objetivo de manter sua capacidade de operar no território sírio, de acordo com Soares (2018). O grupo chegou a controlar uma área com quase 10 milhões de pessoas no ápice do avanço territorial. Após países como Estados Unidos, Rússia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, França, Espanha, entre outros liderarem diversas operações contra o grupo para derrotá-lo, mesmo apoiando lados diferentes na guerra. O Estado Islâmico acabou perdendo o domínio sobre diversos territórios, e ficou com o controle de apenas alguns vilarejos às margens do Rio Eufrates.

4.3 Interesses das Potências Internacionais

O conflito na Síria já foi considerado por muitos uma nova Guerra Fria pelo fato de unir interesses e influências contrárias dos Estados Unidos e da Rússia, segundo Soares (2018). Porém, diversos outros países influenciaram a guerra e se dividem em blocos de apoio e oposição ao governo de Assad, entre eles a Turquia, Arábia Saudita, França, Reino Unido, Irã, Qatar entre outros Estados Árabes.

Segundo o DW (2018), o Irã era o principal aliado da Síria até 2015, quando a Rússia interviu diretamente no conflito. Os iranianos mantinham seu apoio a Síria através do fornecimento de dinheiro, armas, informações e inteligência e ainda enviavam tropas para o país, formadas por membros da Guarda Revolucionária, por milícias xiitas ou também pelo grupo libanês Hesbollah. Em função da guerra civil

apresentar também um viés religioso através de jihadistas sunitas que proporciona ao Irã a possibilidade de se tornar uma potência protetora dos xiitas, como forma de oposição a potência sunita, Arábia Saudita. Além disso, o Irã e o governo de Assad possuem uma aliança bélica baseada em princípios, como o desejo de conter a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio e o enfraquecimento de Israel.

Em 2015, Moscou iniciou seu apoio militar ao regime sírio tendo como objetivo acabar com o terrorismo. Os ataques russos estavam voltados não somente ao Estado Islâmico, mas também a grupos jihadistas e muitos outros adversários de Assad. O interesse principal de Vladimir Putin ao se aliar ao governo de Assad era recolocar a Rússia no cenário internacional, principalmente como potência atuante no Oriente Médio. Da mesma forma que o Irã, a Rússia também busca diminuir a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Além disso, para Soares (2018), o fato do Oriente Médio viver um momento de transição em função da postura política estadunidense na região, que busca equilibrar a tensão entre Irã e Arábia Saudita muitas vezes optando por não tomar atitudes, está deixando alguns líderes árabes descontentes com a aliança entre os EUA. Desta forma, diante deste posicionamento a Rússia busca demonstrar força para se posicionar como uma potência capaz de interferir na região. Outro objetivo é o de contornar o isolamento internacional da Rússia devido à crise na Ucrânia, onde o presidente Putin busca reduzir as tensões na região, da mesma forma que tenta um acordo diplomático e militar com os americanos para combater o Estado Islâmico. Os russos ainda deixam claro que o interesse principal na Síria não é perpetuar o poder de Assad, mas garantir a unidade de Estado sírio, fazendo com que sua atuação no país em contrapor as medidas multilaterais contra a Síria refletem não apenas interesses materiais estratégicos, mas sim sua relação histórica com o Ocidente.

Durante o mandato do presidente Barack Obama, de acordo com o site DW (2018) a política dos EUA na Síria foi hesitante, em função do fracasso da intervenção americana no Iraque e na Líbia. Em 2012, quando Assad chegou perto de uma derrota militar, o ex-presidente se recusou a um maior envolvimento no conflito, ainda que condenasse fortemente os ataques que o presidente sírio vinha realizando contra a população. Neste momento, a Rússia que passou a intervir no

conflito, a favor de Assad. Em relação a posição do atual presidente Donald Trump no conflito, o mesmo mantém como objetivo fundamental destruir o grupo terrorista Estado Islâmico e também, conter a influência regional do Irã. Deste modo, a influência dos Estados Unidos está limitada à presença de forças especiais e ataques aéreos individuais.

Além disso, Soares (2018) acredita que os principais interesses dos EUA estariam relacionados com o conflito Israel-Palestina e com questões econômicas. Neste cenário, a Síria possui papel importante pois não é aliada de Israel, mas sim do Irã que utiliza o território sírio para enviar armas para o Líbano e Palestina. Em abril, de acordo com a revista Exame (2018) forças dos Estados Unidos, Reino Unido e França bombardearam três supostos centros de produção de armas químicas na Síria. A decisão foi tomada após a cidade de Duma, próxima a Damasco ser alvo de armas químicas que foram usadas supostamente pelo governo de Assad, que deixou dezenas de mortos.

A França foi o único país ocidental a assumir um papel ativo na guerra na Síria, de acordo com o jornal DW (2018). De início, o país forneceu equipamentos médicos aos rebeldes e depois armas. Além disso, deu início a ataques aéreos contra o Estado Islâmico no final de setembro de 2015. Ainda, segundo a fonte as prioridades da França estão voltadas para a “melhora da ajuda humanitária, na luta contra o terrorismo e na retomada das negociações de paz” (DW, 2018, texto digital). Em relação ao último ponto, o presidente Emmanuel Macron se esforçou de forma especial. Em relação ao ataque realizado em Abril, juntamente com EUA e Reino Unido, a França prestou esclarecimentos de que não declarou guerra à Síria, mas que não iria permitir que o presidente Assad fizesse o uso de armas químicas, de acordo com a revista Exame (2018).

Durante todo o conflito, a China demonstrou indignação quanto ao uso de armas químicas contra civis sírios, porém, de alguma forma vem defendendo os interesses de Assad, mas nega o envolvimento no conflito, de acordo com o site DW (2018). O Ministério das Relações Exteriores de Pequim é contra o uso de violência na solução de conflitos internacionais e por isso, exige uma investigação justa e objetiva em relação a ofensiva com armas químicas. No Conselho de Segurança, a China têm apoiado os russos para evitar sanções contra o presidente sírio, seja

abstendo-se ou com seu próprio veto. Pequim apoiou a proposta da Rússia em investigar sobre o uso de armas químicas na Síria. Diante das declarações chinesas de que não existia necessidade e nem condições para participar do conflito, os chineses acabaram mudando sua posição em relação ao assunto em 2016, após receber a visita de uma delegação militar de alto escalão da Síria, onde os chineses asseguraram ajuda militar reforçada ao Exército sírio. Ainda, de acordo com o DW (2018) a insistência chinesa em apoiar Assad obteve sucesso, uma vez que o principal motivo para este apoio seriam os investimentos chineses na indústria petrolífera e infraestrutura.

A Arábia Saudita sunita, de acordo com o DW (2018) desde a guerra do Iraque em 2003 vem se preocupando com a crescente influência do Irã xiita na região, seu principal adversário na luta pela principal potência regional. O país tem apoiado fortemente a oposição síria desde o início da Primavera Árabe em 2011, tendo como principal objetivo instalar um regime mais amigável aos sauditas e derrubar o presidente sírio.

Até meados de 2000, a Turquia e a Síria mantiveram excelentes relações, porém após a eclosão da guerra civil a Turquia passou a defender a queda do regime de Assad, de acordo com o DW (2018). Pelo território turco passam combatentes e armas que geralmente são destinadas a grupos jihadistas, inclusive o Estado Islâmico. O objetivo principal do país no momento é impedir que os curdos estabeleçam áreas autônomas ou até mesmo independentes ao longo da fronteira da Turquia.

A Alemanha inicialmente defendia que uma solução pacífica para a situação na Síria seria possível somente se Assad não estivesse mais no poder, e ainda, declarou que sem o apoio do Irã e da Rússia o governo do presidente não estaria militarmente onde está sem o apoio dos dois países. O país alemão tem contribuído com aeronaves que apoiam o reconhecimento aéreo das posições do Estado Islâmico que inicialmente partiam da Turquia, agora partem da Jordânia. As Forças Armadas alemãs auxilia os combatentes curdos na luta contra o EI no norte do Iraque, principalmente através de treinamentos e fornecimento de armas. Além disso, a Alemanha desempenhou um papel importante na destruição temporária de armas químicas sírias.

De acordo com a BBC (2018), Israel enviou aviões de guerra israelenses durante a guerra civil na Síria. O país tem mantido uma posição neutra, porém se opõe a influência do Irã na Síria que pode vir a fortalecer o grupo libanês Hezbollah, seu principal inimigo no Líbano. O governo israelense bombardeou comboios ligados ao Irã ou ao Hezbollah por aproximadamente 100 vezes, e depois que um de seus caças foi derrubado em fevereiro deste ano por supostas defesas do governo sírio, Israel lançou um ataque aéreo em grande escala contra 12 alvos na Síria.

Levando em consideração a posição estratégica da Síria que é a principal saída para o Mar Mediterrâneo, os interesses dos principais atores internacionais e a questão do terrorismo, a guerra civil na Síria parece não estar próxima de terminar. O Oriente Médio sempre foi considerado uma região conflituosa, principalmente por questões religiosas, onde diversos grupos disputam pelo poder, além disso, os regimes ditatoriais que passaram a ser reivindicados pela população recentemente acabou gerando não só um intenso conflito na Síria que já dura sete anos, mas também um enorme deslocamento de pessoas entre diversos países do próprio Oriente Médio, e um intenso fluxo de imigrantes e refugiados entrando na Europa.

A guerra civil na Síria acabou causando um enorme problema para diversos outros países próximos, incluindo países europeus no que diz respeito à entrada ilegal de milhões de pessoas que fugiram da Síria em busca de um mínimo de condições de sobrevivência e que foram praticamente obrigados a deixar suas casas, seu país e também suas famílias em busca de sobrevivência.

4.4 Conclusões Parciais

A Síria passa por um regime militar a mais de trinta anos o que começou a deixar a população insatisfeita gerando manifestações em defesa da derrubada do presidente Bashar Al-Assad. O país que antes era um dos maiores exportadores de petróleo no mundo, atualmente sofre com uma crise econômica, além disso, as taxas de desemprego estão a níveis elevados, milhares de pessoas fugiram do país em busca de condições de sobrevivência após o país iniciar uma guerra entre grupos terroristas e o governo sírio por territórios e poder.

O caos instaurado no país devido estas disputas de poder, queda de regimes e falta de liberdade das pessoas, fez com que diversos países no mundo e inclusive organismos internacionais tentassem intervir na Síria, porém a influência de tantos atores e seus diferentes interesses na região acabaram intensificando ainda mais os conflitos na Síria. Durante os sete anos de conflito, quase metade da população saiu do país em busca de outro local para se abrigar, e a maioria deles fugiu em direção à Europa, especialmente a Alemanha. Atualmente, segundo divulgado por vários meios de comunicação e levando em consideração os desdobramentos do conflito até o momento, a guerra civil na Síria está longe de terminar. O conflito na Síria já deixou um saldo enorme de mortos, feridos e refugiados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho buscou-se analisar o intenso fluxo migratório ocorrido principalmente em 2015, e de que forma conflitos no Oriente Médio, principalmente a Primavera Árabe e a guerra civil na Síria que já completou sete anos, foram responsáveis pela entrada de imigrantes e refugiados em países próximos e principalmente na Europa. O objetivo foi analisar estes fluxos migratórios, especialmente os que iniciaram na Síria e se estenderam até a Europa, tratar sobre algumas teorias a respeito do assunto, entender o motivo do conflito na Síria e buscar explicar as consequências para a população e ainda dos fluxos migratórios e por fim, analisar dados referentes a estes fluxos por um período de dez anos, iniciando em 2008. Para isso, foram utilizadas duas hipóteses principais. A primeira que trata da Primavera Árabe e de que forma os países envolvidos no conflito geraram um intenso deslocamento de pessoas para várias regiões, e a segunda, como a Síria intensificou este processo.

O primeiro capítulo buscou analisar algumas teorias sobre migrações internacionais para que fosse possível um melhor entendimento do que seria este fenômeno, além disso, apresentar dados concretos destes fluxos migratórios, as principais rotas utilizadas para que os refugiados e imigrantes pudessem chegar à União Europeia, de que forma que os países membros lidaram com a chegada destas pessoas e o que têm sido feito para realocar e receber os milhões de deslocados. O que se percebeu ao decorrer do capítulo é que diversos países não conseguiram e até hoje não conseguem lidar com este grande número de pessoas vindas de outros países, principalmente no que diz respeito às questões de conceder ou não asilo, ao fechamento de fronteiras, questões de emprego, moradia e os altos custos envolvidos nisto. Por esse motivo, alguns países não cumpriram com acordos estabelecidos anteriormente, e providências já estão sendo tomadas, através da possível formação de novos acordos e responsabilidades que cada país terá com o povo.

O segundo capítulo tratou especificamente da Primavera Árabe, responsável por um intenso fluxo de pessoas principalmente no Oriente Médio, deixando seus

países de origem em busca de sobrevivência. A luta da população por regimes democráticos, mais liberdade de expressão e repressão às ditaduras que já permanecem por longos anos, acabou gerando manifestações em toda a região que tomaram proporções inesperadas pelos governos. Acreditando que pudessem controlar os episódios, alguns governos se preocuparam em repreender alguns manifestantes, o que tornou a situação ainda mais conturbada e fez com que mais pessoas fossem às ruas em busca dos seus direitos. Em 2011, quando a Primavera Árabe iniciou, vários países já estavam envolvidos na situação e não conseguiram mais controlar os manifestantes. Diversos ditadores foram depostos, algumas reivindicações foram atendidas pelos novos governos enquanto outros se mantêm em conflito ainda atualmente.

No terceiro capítulo, a questão da guerra civil na Síria que já se estende ao longo de sete anos recebeu atenção especial, pelo fato de ser a principal causa do intenso fluxo migratório em direção à Europa nos últimos anos. Diante disso, buscou-se tratar sobre questões específicas da Síria como a população, economia, a situação do país antes do conflito, o motivo pelo qual esta guerra iniciou e o andamento do conflito desde o seu início. Da mesma forma que manifestantes buscaram derrubar os presidentes cujos regimes ditatoriais já se estendiam por muitos anos, na Síria não foi diferente, porém as represálias por parte do governo de Bashar al-Assad foram mais rígidas. Além disso, devido ao caos instaurado no país outros atores começaram a aparecer, entre eles grupos terroristas buscando o domínio do território sírio. Grande parte do território permanece na mão do governo de Assad, alguma parcela está sob domínio dos grupos terroristas como o Estado Islâmico e o restante está dividido nas mãos de grupos rebeldes espalhados ao longo de todo o país.

No decorrer da guerra, diversos atores internacionais passaram a intervir no conflito, com o objetivo de colocar fim à guerra de forma pacífica e derrubar o presidente ditador. Porém, muitos interesses estão em jogo, entre eles o fato da região antes da guerra ser um forte produtor de petróleo e que mantém ainda hoje, mas com um número bem mais reduzido. Ao que parece, o conflito está longe de terminar, de modo que o governo de Assad tem recebido forte apoio da Rússia e do Irã, enquanto os Estados Unidos acabaram perdendo sua supremacia no conflito,

por não ter demonstrado mais interesse na região ao longo dos anos e agido somente em questões extremas, como foi o caso do suposto uso de armas químicas no início deste ano por forças pró-Assad. Os números do conflito são alarmantes, com milhões de mortos, redução significativa da população devido aos movimentos migratórios para outros países, principalmente via Mar Mediterrâneo.

Neste contexto, verificou-se que o crescente fluxo migratório foi causado principalmente por motivos de sobrevivência de milhões de pessoas, uma vez que eram ameaçadas constantemente por seus governos e viram como alternativa fugir para qualquer outro país que não fosse o seu. Por isso, o principal motivo pelo qual a Europa recebeu o maior número de imigrantes e refugiados foi fundamentalmente por ser visto como um local onde existe emprego, o mínimo de condições de sobrevivência, auxílio por parte de alguns governos a quem chega aos seus territórios. Inicialmente, a maioria dos países conseguiu lidar com a entrada de milhares de pessoas, muitos deles receberam asilo e passaram a viver nas cidades onde entraram primeiramente. Porém, com a intensificação dos conflitos e o número crescente de pessoas arriscando suas vidas em direção a União Europeia, alguns países membros alegaram não ter condições de sustentar esta onda de pessoas e passaram a abrir suas fronteiras para que buscassem outros locais para se abrigar. O que aconteceu foi que países como a Alemanha, responsável por receber o maior número de migrantes, acabou ficando sobrecarregada e passou a recusar pedidos de asilo e fechar suas fronteiras.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Deslocando-se através das fronteiras.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso: 28 de abril de 2018.
- ACNUR. **Chegam à Europa menos migrantes do que em 2017.** Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/chegam-a-europa-menos-migrantes-do-que-em-2017_n1084390>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.
- ACNUR. **ACNUR: Refugiados sírios já passam dos 4 milhões.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2015/07/09/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- ACNUR. **Acordos sólidos para migrantes e refugiados precisam ser criados com urgência.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/09/21/acordos-solidos-para-migrantes-e-refugiados-precisam-ser-criados-com-urgencia/>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.
- AMARA, Nema de Andrade; SILVA, Wanise Cabrai. **A Imigração na Europa: a ação política da União Europeia para as migrações / Immigration in Europe: the European Union's political action for extra migration.** Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos. Vol 34. 2016.
- ANGÉLICO, Gabriela Garcia; POKER, José Geraldo A. B. **Direitos Humanos, políticas públicas e o problema da inclusão de populações deslocadas.** Bauru. v. 5. n.1. p. 57-76. 2017.
- BBC. **Refugiados na Europa: a crise em mapas e gráficos.** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_euroa_rm>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.
- BBC. **Arab Uprising: country by country.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-12482679>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018. Acesso em: 01 de outubro de 2018.
- BBC. **8 perguntas para entender motivo de ataque à Síria e origem do conflito.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43764607>>. Acesso em: 18 de outubro de 2018.

BBC. **Os 13 países envolvidos em ‘mini-guerra mundial’ de 7 anos na Síria.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43764615>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

CASARIN, Helen de Castro e Silva; CASARIN, Samuel Jose. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** 1.ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.E-book. Disponível em:<<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582123942/pages/5>>.

BBC. **Quatro perguntas sobre a crise migratória.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/150929_perguntas_crise_imigrantes_rm>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

BBC. **Como a Europa enfrenta a crise da migração?.** Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150103_qa_imigracao_lab>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BBC. **Refugiados na Europa: a crise em mapas geográficos.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_graficos_imigracao_europa_rm>. Acesso em: 11 de setembro de 2018.

CALEIRO, João Pedro. **Síria perdeu metade da sua economia com guerra civil.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/siria-perdeu-metade-da-sua-economia-com-guerra-civil/>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The age of migration: International population movements on the modern world.** London: MacMillan, Houndmills, 1998.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro L.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007. E-book. Disponível em:<<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476/pages/5>>.

CORBETT, John. **Ernest Ravenstein George: As Leis da Migração, 1885.** Disponível em: <https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=ernest-ravenstein-george-as-leis-da-migracao-1885>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

CORRÊA, Alessandra. **De onde veio, como cresceu e qual o futuro do Estado Islâmico.** Disponível em:<<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40114350>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

DW. **A ambígua posição da China em relação à Síria.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-amb%C3%ADgua-posi%C3%A7%C3%A3o-da-china->

[em-rela%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-s%C3%ADria/a-43382709](#)>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

DW. **Quais interesses cada país tem na guerra da Síria.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/quais-interesses-cada-pa%C3%ADs-tem-na-guerra-da-s%C3%ADria/a-42695095>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

DW. **A Migração para UE em números.** Disponível em:< <https://www.dw.com/pt-br/a-migra%C3%A7%C3%A3o-para-a-ue-em-n%C3%BAmeros/a-41846836>>.

Acesso em: 04 de setembro de 2018.

DW. **Alemanha mergulhada em crise política.** Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/alemanha-mergulhada-em-crise-pol%C3%ADtica/a-41450418>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

EASO. **Asylum: EU consolidates recovery from 2015-2016 migration crisis - Significant decrease in applications in 2017 has stabilised in early 2018.** Disponível em: < <https://www.easo.europa.eu/news-events/asylum-eu-consolidates-recovery-2015-2016-migration-crisis-significant-decrease>>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

EFE. **Governo Assad controla 60% do território da Síria.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/governo-assad-controla-60-do-territorio-da-siria/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

EFE. **França afirma que ataque à Síria não é prelúdio de uma guerra.** Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/mundo/franca-afirma-que-ataque-a-siria-nao-e-preludio-de-uma-guerra/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

EUROSTAT. **Asylum decisions in the EU: EU Member States granted protection to more than half a million asylum seekers in 2017.** 67/2018 - 19 April 2018.

FRANKEMA, E. **The colonial roots of land inequality: Geography, factor endowments, or Institutions? The Economic History Review.** v. 63, n. 2, p. 418-451, 2010.

FONTANA, Eduarda; ZIMNOCH, Larissa; LORENTZ, Luísa Acuan. **A crise migratória no século XXI: anomalia ou consequência da política internacional?.** v.4.2017.

FUSARO, Karin. **Após 4 anos de conflito na Síria, Brasil lidera acolhimento de refugiados sírios na América Latina.** Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2015/03/13/apos-4-anos-de-conflito-na-siria-brasil>

lidera-acolhimento-de-refugiados-sirios-na-america-latina/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

G1. **Al-Sissi é reeleito presidente do Egito.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/al-sissi-e-reeleito-presidente-do-egito.ghtml>>.

Acesso em: 01 de outubro de 2018.

G1. **Por que há uma guerra civil na Síria: 8 perguntas para entender o conflito.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/por-que-ha-uma-guerra-civil-na-siria-8-perguntas-para-entender-o-conflito.ghtml>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

G1. **Refugiados sírios são 4,8 mi em países vizinhos e 900 mil na Europa, diz ONU.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/refugiados-sirios-sao-48-mi-em-paises-vizinhos-e-900-mil-na-europa-diz-onu.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

G1. **Refugiados sírios são 4,8 mi em países vizinhos e 900 mil na Europa, diz ONU.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/refugiados-sirios-sao-48-mi-em-paises-vizinhos-e-900-mil-na-europa-diz-onu.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

IOM. **World Migration Report 2018.** Geneva, Switzerland. 2017.

ISTOÉ. **EUA atacam campo do EI na Líbia e deixa 17 mortos.** Disponível em: <https://istoe.com.br/eua-atacam-estado-islamico-na-libia-pentagono/>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

IOM. **Mixed migration flows in the Mediterranean and Beyond. Compilation of available data and information 2016.** Disponível em: <http://migration.iom.int/docs/2016_Flows_to_Europe_Overview.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

JUBILUT, Liliana Lyra e APOLINARIO, Silvia Menicucci. O. S.. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração.** Rev. direito GV [online]. 2010, vol.6, n.1, pp. 275-294. ISSN 1808-2432.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. **Direito Internacional e Desenvolvimento.** Barueri, SP: Manole, 2005.

KARAS, Tania. **Five migration trends to watch in 2018.** Disponível em: <https://www.irinnews.org/analysis/2018/01/17/five-migration-trends-watch-2018>.

Acesso em: 16 de outubro de 2018.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KURZ, R. **Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial**. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.) **Travessias na desordem global– Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

LUZ, Camila. Primavera Árabe: o que aconteceu no Oriente Médio?. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

MARTINE, G. **A globalização inacabada — migrações internacionais e pobreza no século XXI**. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. **Migrações internacionais contemporâneas: fenomenologia e análise**. Brasília: POM, 2005 (Caderno).

ONUBR. **Crimes de guerra continuam na Síria, alerta presidente da comissão da ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crimes-de-guerra-continuam-ocorrendo-na-siria-alerta-presidente-de-comissao-da-onu/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

ONUBR. **Relatório do ACNUR revela mudanças no movimento migratório para a Europa**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-acnur-revela-mudancas-no-movimento-migratorio-para-a-europa/>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

ONUBR. **Estados-membros da ONU aprovam o primeiro pacto global sobre migração**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/estados-membros-da-onu-aprovam-primeiro-pacto-global-sobre-migracao/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

ONUBR. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

OSTRAND, Nicole. **The Syrian Refugee Crisis: A Comparison of Responses by Germany, Sweden, the United Kingdom, and the United States**. V.3. n.3.2015.

PARLAMENTO EUROPEU. **A crise de migração da UE em números**. Disponível em: <
<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/migracao/20170629STO7>

[8630/a-cri-se-de-migracao-na-ue-em-numeros](#)>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **Reforma do sistema de asilo da UE: a posição do Parlamento sobre o Regulamento de Dublin.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/migracao/20180615STO05927/a-posicao-do-parlamento-sobre-o-regulamento-de-dublin>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **Schengen: o alargamento da zona europeia de livre circulação.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/security/20180216STO98008/schengen-o-alargamento-da-zona-europeia-de-livre-circulacao>>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **A migração na Europa.** 2017. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78632/a-migracao-na-europa>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

PATARRA, N. L. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas.** São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **A resposta da UE à crise de migração.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/migracao/20170629STO78629/a-resposta-da-ue-a-cri-se-de-migracao>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. **Migração: melhorar a gestão e a segurança das fronteiras da União Europeia.** Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20160530STO29668/migracao-melhorar-a-gestao-e-a-seguranca-das-fronteiras-da-uniao-europeia>>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas.** Lisboa: Socius, 2004 (SOCIOUS Working Papers, n. 11).

PENEDA, Fernando. **Tunísia: a segunda volta das eleições presidenciais.** Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2014/12/20/tunisia-segunda-volta-das-eleicoes-presidenciais>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

PEROSA, Teresa. **Seis perguntas pra entender a crise humanitária de refugiados na Europa.** Disponível em:

<<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/seis-perguntas-para-entender-crise-humanitaria-de-refugiados-na-europa.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

PIMENTAL, Mateus. **Porque a Líbia têm dois “governos”. E como a França tenta ser juiz da crise.** Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/01/Por-que-a-L%C3%ADbia-tem-2-%E2%80%98governos%E2%80%99.-E-como-a-Fran%C3%A7a-tenta-ser-juiz-da-crise>>. Acesso em: 02 de outubro de 2018.

PORTAL BRASIL. **Síria.** Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/asia_siria.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

RAFAELLI, Rosa. **Política de imigração.** Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuld=FTU_4.2.3.html>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

RIBEIRO, H. M. **Movimentos migratórios internacionais e direitos humanos na esfera do multiculturalismo.** Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 18, n. 1/2, p. 35-48, jan./fev. 2008; Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/526/418>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

RTP. **Chegam à Europa menos migrantes do que em 2017.** Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/chegam-a-europa-menos-migrantes-do-que-em-2017_n1084390> . Acesso em: 04 de setembro de 2018.

SACRAMENTO, Octávio. **A Europa, as migrações e o cosmopolitismo.** Pensamiento Americano, Vol 9. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Baptista Pilar. **Metodologia de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais.** GT da migração, Sessão 3. Caxambu, 2000.

SILVA, Thalita F. de M.; HENRIQUES, Anna B. L. **A Criminalização das migrações e as consequências da crise global de refugiados na Europa.** Revista Conjuntura Astral, Vol. 8. 2018.

SOARES, João Victor Scomparim. **A Guerra Civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos.** V.5 n.1. Fev.2018.

TOYGÜR, İlke; BENVENUTI, Bianca. **The european response to the refugee crisis: Angela Merkel on the move.** IPC-Mercator Policy Brief, June, 2016.

UNRIC. **Número de migrantes continua a aumentar.** Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/32376-numero-de-migrantes-continua-a-aumentar>>. Acesso em: 04 de setembro de 2018.

UNHCR. **Tendência em Vista.** Disponível em: <<http://www.unhcr.org/globaltrends2017/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

UOL Notícias. **O desencanto da Primavera Árabe no Egito sete anos depois.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/03/20/sete-anos-depois-o-desencanto-da-primavera-arabe-no-egito.htm>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

UOL. **Síria: economia e setor petroleiro devastados pela guerra (ministros).** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2017/05/30/siria-economia-e-setor-petroleiro-devastados-pela-guerra-ministros.htm>>. Acesso em: 23 de outubro de 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2015. 6.

World Bank. **Population, total.** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.